

Diego da Silva
Wellington Junior Jorge
Organizadores

Ciências Humanas em foco: Conceitos e aplicações

UNIEDUSUL
EDITORA

2019

DIEGO DA SILVA
WELINGTON JUNIOR JORGE
Organizadores

CIÊNCIAS HUMANAS EM FOCO: CONCEITOS E APLICAÇÕES

Maringá – Paraná
2019

2019 Uniedusul Editora

Copyright da Uniedusul Editora
Editor Chefe: Profº Me. Wellington Junior Jorge
Diagramação e Edição de Arte: André Oliveira Vaz
Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Alexandra Fante Nishiyama – Faculdade Maringá
Aline Rodrigues Alves Rocha – Pesquisadora
Ana Lúcia da Silva – UEM
André Dias Martins – Faculdade Cidade Verde
Brenda Zarelli Gatti – Pesquisadora
Carlos Antonio dos Santos – Pesquisador
Cleverson Gonçalves dos Santos – UTFPR
Constanza Pujals – Uningá
Delton Aparecido Felipe – UEM
Fabio Branches Xavier – Uningá
Fábio Oliveira Vaz – Unifatecie
Gilmar Belmiro da Silva – UNESPAR
João Paulo Baliscei – UEM
Kelly Jackelini Jorge – UNIOESTE
Larissa Ciupa – Uningá
Lourival Domingos Zamuner – UNINGÁ
Marcio Antonio Jorge da Silva – UEL
Márcio de Oliveira – UFAM
Pâmela Vicentini Faeti – UNIR/RM
Ricardo Bortolo Vieira – UFPR
Rodrigo Gaspar de Almeida – Pesquisador
Sâmilo Takara – UNIR/RM

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C569 Ciências humanas em foco [recurso eletrônico] : conceitos e aplicações / Organizadores Diego da Silva, Wellington Junior Jorge. – Maringá, PR: Uniedusul, 2019.
53 p.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-80277-12-4

1. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil. I. Silva, Diego da.
II. Jorge, Wellington Junior.

CDD 301

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Permitido fazer download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.uniedusul.com.br

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	5
A ARTETERAPIA COMO FERRAMENTA PARA PREVENIR A PERDA DE MEMÓRIA NA TERCEIRA IDADE	
SILVIA REGINA CARRANO MOREIRA	
DIEGO DA SILVA	
CAPÍTULO 2	15
A DUALIDADE AGÊNCIA-ESTRUTURA NA TEORIA SOCIAL CONTEMPORÂNEA	
LARA DENISE GÓES DA COSTA	
CAPÍTULO 3	26
A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA COMPREENSÃO DA ATIVIDADE HUMANA	
ELIÉTE ZANELATO	
SÔNIA DA CUNHA URT,	
CAPÍTULO 4	33
O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DA VENEZUELA E SEUS IMPACTOS MIGRATÓRIOS NO BRASIL	
ROGÉRIO DE NASCIMENTO CARVALHO	
CAPÍTULO 5	44
O TRABALHO DE CAMPO E A ETNOGRAFIA: BREVES CONSIDERAÇÕES DO EVOLUCIONISMO AO ESTRUTURALISMO	
LEONNE BRUNO DOMINGUES ALVES	
BÁRBARA EVELYN BRABO PINA DE CARVALHO	
CÁSSIO FURTADO LIMA	
FRANCISCO ROBSON ALVES DA SILVA	
VIVIANE RIEDNER	

A ARTETERAPIA COMO FERRAMENTA PARA PREVENIR A PERDA DE MEMÓRIA NA TERCEIRA IDADE



SILVIA REGINA CARRANO MOREIRA

Faculdades Itene de Cascavel

DIEGO DA SILVA

Faculdades Itene de Cascavel – Centro Universitário Campos de Andrade

RESUMO: Esta pesquisa revela como a arteterapia pode contribuir para dar qualidade de vida aos indivíduos pertencentes ao grupo da terceira idade. Para tanto, o método que guiará o raciocínio será o dedutivo (partirá de conclusões gerais, para chegar a particulares). Em relação à abordagem do problema a pesquisa caracteriza-se como qualitativa e dedutiva porque descreverá, interpretará e atribuirá significados ao fenômeno estudado. Relativamente aos objetivos é considerada pesquisa exploratória, pois envolverá levantamento bibliográfico. A Arteterapia é o uso da arte como terapia. Embora seja uma atividade milenar, se desenvolveu há cerca de 60 anos. Consiste na criação de material sem preocupação estética e sim apenas de expressar sentimentos. Esta catarse é muito sadia e faz com que o indivíduo se reorganize internamente. A arte é por si só uma atividade regeneradora. Criar é expressar nossa existência, as emoções humanas mais profundas e a Arteterapia vai lidar com este processo criativo. Há três conceituações de velhice: cronológica, funcional e etapa vital. A primeira está relacionada a um aspecto objetivo, ou seja, o fato de se atingir 65 anos. O segundo tipo de conceituação está associado ao emprego do termo velho como sinônimo de incapaz ou limitado, traduzindo a relação tradicional entre velhice e vulnerabilidade. Essa representação ajuda a explicar o isolamento social do idoso. Por último, temos o conceito denominado etapa vital, que enxerga o idoso como um sujeito com muitas qualidades

que devem ser exploradas, apesar das limitações. O nicho da arteterapia parece especialmente indicado para fortalecer a qualidade de vida dos idosos. O resultado deste estudo permite verificar que recursos artísticos possuem a capacidade de fazer brotar ao nível de consciência situações vividas e esquecidas pelo indivíduo. E ao fazer arte, o indivíduo tem oportunidade em contatar seu lado criativo e dar fluxo às suas emoções.

PALAVRAS-CHAVE: Terceira Idade; Arteterapia; Memória.

ABSTRACT: This research reveals how art therapy can contribute to quality of life for individuals belonging to the elderly group. To do so, the method that will guide the reasoning will be the deductive (it will start from general conclusions, to reach individuals). Regarding the problem approach, research is characterized as qualitative and deductive because it will describe, interpret and assign meanings to the studied phenomenon. Regarding the objectives, it is considered an exploratory research, since it will involve a bibliographical survey. Art Therapy is the use of art as therapy. Although it is a millenarian activity, it was developed about 60 years ago. It consists of the creation of material without aesthetic concern, but only of expressing feelings. This catharsis is very healthy and causes the individual to reorganize himself internally. Art is by itself a regenerating activity. To create is to express our existence, the deepest human emotions and the Art Therapy will deal with this creative process. There are three conceptualizations of old age: chronological, functional and vital stage. The first is related to an objective aspect, that is,

the fact that it reaches 65 years. The second type of conceptualization is associated with the use of the old term as a synonym for incapable or limited, translating the traditional relationship between old age and vulnerability. This representation helps to explain the social isolation of the elderly. Finally, we have the concept called the vital stage, which sees the elderly as a subject with many qualities that must be explored, despite the limitations. The niche of art therapy seems especially indicated to strengthen the quality of life of the elderly. The result of this study allows us to verify that artistic resources have the capacity to bring to the level of consciousness situations experienced and forgotten by the individual. And in making art, the individual has the opportunity to contact his creative side and to give flow to his emotions.

KEYWORDS: Third Age; Art therapy; Memory.

INTRODUÇÃO

Uma das principais preocupações das pessoas que entram na 3ª (terceira) idade (faixa etária correspondente aos 60 anos em diante) relaciona-se à perda de memória. Este estudo tem como objetivo analisar como a arteterapia pode prevenir essa perda, através de técnicas específicas para auxiliar a preservação da memória e também a conservação dos neurônios antes que eles desapareçam. As atividades arteterapêuticas podem ativar o cérebro, dessa faixa etária com eficácia.

Sob o aspecto metodológico, a pesquisa será guiada pelo método dedutivo, que parte de conclusões gerais, para chegar a particulares. Quanto à abordagem do problema, pode ser definida como qualitativa, porque eleger como necessária a descrição e interpretação do fenômeno a ser estudado. Relativamente aos objetivos pretendidos, define-se como exploratória, uma vez que assumirá a forma de levantamento bibliográfico, incluindo, assim, como procedimento técnico, a utilização de material já publicado. Leituras analíticas e interpretativas gerarão deduções ou inferências, para a obtenção de resultados.

A experiência da pesquisadora, como neta de uma senhora, moradora de um lar de idosos, permitiu observar que um dos principais problemas da terceira idade, relaciona-se à perda de memória. Desenvolver um estudo sobre o tema abre uma perspectiva para auxiliar essa população. O nicho da arteterapia parece especialmente indicado para fortalecer a qualidade de vida dos idosos.

O desenvolvimento do estudo será organizado pela exposição dos seguintes tópicos: uma visão panorâmica da arteterapia; características da 3ª (terceira) idade; o fenômeno da perda de memória na 3ª (terceira) idade; a forma como a arteterapia pode atuar na prevenção da perda de memória na 3ª (terceira) idade; técnicas arteterapêuticas inibidoras da perda de memória.

O QUE É ARTETERAPIA?

A Arteterapia é uma atividade séria e já reconhecida como profissão em diversas partes do mundo. Uma busca simples na internet já nos coloca em contato com associações de arteterapeutas na Itália, no Canadá, nos Estados Unidos, em Portugal, no Brasil, entre outros (PASSARO, 2011).

A Arteterapia é o uso da arte como terapia. Embora seja uma atividade milenar, se desenvolveu há cerca de 60 anos. Consiste na criação de material sem preocupação estética e sim apenas de expressar sentimentos. Esta catarse é muito sadia e faz com que o indivíduo se reorganize internamente. A arte é por si só uma atividade regeneradora. Criar é expressar nossa existência, as emoções humanas mais profundas e a Arteterapia vai lidar com este processo criativo (PASSARO, 2011).

Criar abrange a habilidade em usar o cérebro para alterar, renovar, recombinar os aspectos da vida. Implica em sentir o mundo com vitalidade e fazer um novo uso do que se percebeu. É expressar nossas vivências, sonhos, conforme os sentidos e descobrir novas formas segundo as quais uma sociedade pode ser construída (PASSARO, 2011).

De acordo com o site bemsauade.com (2007) a Arteterapia é então uma terapia que através da estimulação da expressão, do desenvolvimento e da criatividade irá favorecer:

- A liberação de emoções, de conflitos internos, de imagens perturbadoras do inconsciente.
- Contato com ansiedades, conteúdos reprimidos, medos
- Coordenação motora
- Ativação e preservação da memória.

Já o site psicopedagógico [saber aprender](http://saberaprender.com) (2016) trouxe que a Arteterapia pode ser aplicada em diversos contextos, dentre eles: As empresas ou instituições, que neste caso o trabalho visa o desenvolvimento da criatividade, desenvolver o potencial pessoal e a diminuição do stress; As escolas - trabalha o desenvolvimento da criatividade, e o processo que o criar envolve: medo da expressão, do julgamento, ansiedade, auto estima, segurança em grupo; Aos consultórios - trabalha com o processo criativo e o produto da expressão, entendendo melhor o paciente e ajudando-o no processo de integração de si mesmo, o equilíbrio.

Segundo a Associação de Arteterapia do Rio de Janeiro, a Arteterapia baseia-se na crença de que o processo criativo envolvido na atividade artística é terapêutico e enriquecedor da qualidade de vida das pessoas. Arteterapia é o uso terapêutico da atividade artística no contexto de uma relação profissional por pessoas que experienciam doenças, traumas ou dificuldades na vida, assim como por pessoas que buscam desenvolvimento pessoal. Por meio do criar em arte e do refletir sobre os processos e trabalhos artísticos resultantes, as pessoas podem ampliar o conhecimento de si e dos outros, aumentar sua auto estima, lidar melhor com sintomas, estresse e experiências traumáticas, desenvolver recursos físicos, cognitivos e emocionais e desfrutar do prazer vitalizador do fazer artístico (AARJ, 2017).

Para a Associação Americana de Arteterapia (2003) os arteterapeutas são profissionais com treinamento tanto em arte como em terapia. Têm conhecimento sobre o potencial curativo da arte. Utilizam a arte em tratamentos, avaliações e pesquisas, oferecendo consultoria aos profissionais de áreas afins. Os arteterapeutas trabalham com pessoas de todas as idades, indivíduos, casais famílias, grupos e comunidades. O arteterapeuta é um profissional capacitado para facilitar esse processo no cliente disponibilizando materiais diversos e os quais o cliente escolhe o que mais lhe atrai, a partir disso, o cliente vai se expressando enquanto é observado pelo arteterapeuta que fará uma leitura do seu comportamento e fala.

CARACTERÍSTICAS DA TERCEIRA IDADE

Para Silva (2016) os indicadores de saúde e de qualidade de vida dos últimos anos revelam uma significativa melhoria nas condições de vida das populações tanto de países desenvolvidos quanto daqueles que ainda não concluíram o processo de desenvolvimento econômico e social. Isso resultou na elevação da expectativa de vida, que, no caso brasileiro, representa um salto de 33,4 anos em 1910 para os 73,1 em 2010. Com isso, o país apresenta um novo perfil demográfico. Hoje, temos cerca de 23 milhões de idosos.

Há três conceituações de velhice: cronológica, funcional e etapa vital. A primeira está relacionada a um aspecto objetivo, ou seja, o fato de se atingir 65 anos. O segundo tipo de conceituação está associado ao emprego do termo velho como sinônimo de incapaz ou limitado, traduzindo a relação tradicional entre velhice e vulnerabilidade. Essa representação ajuda a explicar o isolamento social do idoso. Por último, temos o conceito denominado etapa vital, que enxerga o idoso como um sujeito com muitas qualidades que devem ser exploradas, apesar das limitações (SILVA, 2016).

Para Bernardes (2017) a mudança do perfil populacional brasileiro tem sofrido alterações de acordo com a transição demográfica e epidemiológica, e tais aspectos apontam para um estreitamento da base e um alargamento do topo da pirâmide etária, sendo esta uma característica de países desenvolvidos. Sendo assim, o Brasil está se tornando um país da terceira idade e, no contexto da transição epidemiológica, o perfil das doenças da população sofrem alterações, sendo notório o aumento na prevalência de doenças crônicas não transmissíveis.

O envelhecimento é um processo adaptativo, lento e contínuo, que se traduz numa série de modificações. A existência de uma mudança cognitiva depende de fatores fisiológicos, emocionais e ambientais, e está sujeita a uma grande variabilidade interindividual, pois devemos reconhecer que todos somos pessoas individuais, com necessidades e capacidades particulares, e não um grupo no qual todos são iguais por estarmos envelhecendo. Ao chegar-se à terceira idade há redução considerável das exigências ambientais e se inicia um processo de “destreinamento” das capacidades cognitivas, que é, pelo menos parcialmente, responsável pelas mudanças que ocorrem nessa fase da vida e pelo aumento de queixas dos lapsos de memória. As diferentes faixas etárias, desejando manter-se cognitivamente saudáveis, procuram na prevenção o caminho mais promissor para atingir esse objetivo (GIL, 2015, 534).

Segundo Lindoso (2011) os idosos sentem-se excluídos por não acompanharem a evolução tecnológica que se dá de forma cada vez mais rápida e dinâmica. É importante considerar também que as novas tecnologias não atendem às necessidades dessa clientela. Com a tecnologia fazendo parte do cotidiano do idoso, muitos aspectos também passaram a ser considerados no que diz respeito a seu desempenho nesses cursos e oficinas. Verificou-se, em oficinas realizadas para a inserção do idoso como usuário do computador, que grande parte deles apresenta dificuldades de manuseio do teclado e do mouse, já que o uso desses acessórios requer uma coordenação motora harmoniosa e no processo de envelhecimento o declínio motor pode manifestar-se.

Dentro desse processo, observa-se a necessidade de uma equipe multidisciplinar para desenvolver trabalhos direcionados aos idosos. A Arteterapia tem importante papel nesse contexto, visando à qualidade de vida do idoso (e sua autonomia nas atividades diárias) e a prevenção ou reabilitação do mesmo em seus aspectos cognitivos, físicos, motores, sensoriais e/ou mentais, bem como dificuldade de adaptação ao meio em decorrência dessas disfunções ou de outros processos que venham a desencadear prejuízos à saúde biopsicossocial do indivíduo e da sociedade em que está circunscrito (LINDOSO, 2011, p. 304).

Para Barroso (2014) durante o processo de envelhecimento, são adotadas posturas que levam os indivíduos a permanecerem em uma situação que oferece poucos estímulos cognitivos, prejudicando a aquisição, consolidação e evocação de um fato ou evento. Portanto, esse desuso acaba por gerar perda da capacidade cognitiva, além da perda neuronal e sináptica inerente ao envelhecer.

A integralidade da função cognitiva em idosos contribui para a autonomia e a capacidade de autocuidado, possibilitando sua independência e segurança. O declínio das habilidades cognitivas torna-se um fator associado ao aumento do risco de dificuldades no desempenho de atividades instrumentais de vida diária e até dificuldades no convívio social, que podem vir a causar depressão e isolamento. No decorrer do processo de envelhecimento, é natural algumas funções cognitivas se atenuarem, como a atenção, as funções executivas e a memória, havendo a lentificação no processamento das informações (BERNARDES, 2017).

PERDA DE MEMÓRIA

De acordo com Barroso (2014) apesar de os déficits de memória serem parte do envelhecimento saudável, de forma controversa, seu bom funcionamento é essencial para a capacidade funcional do idoso. Segundo Silva (2011) algumas habilidades cognitivas sofrem alterações no envelhecimento, em particular, habilidades como a memória episódica e a memória operacional declinam significativamente.

A queixa de perda de memória é muito frequente entre idosos, havendo grande concordância de que isso é um fenômeno do envelhecimento normal do ser humano. A memória divide-se em dois grandes grupos: a memória declarativa ou explícita e a memória não declarativa ou implícita. A primeira se subdivide ainda em memória episódica (fatos e eventos) e semântica (materiais linguísticos). Memória associativa e de procedimentos são subtipos da memória

implícita, expressas por meio de respostas fisiológicas ou mudanças de comportamento, sem acesso consciente. O declínio nas habilidades mnemônicas está relacionado à teoria do desuso, em que o estilo de vida assumido pelo idoso pode influenciar de forma negativa o funcionamento da memória (BARROSO, 2014, 752).

Segundo Grivol e Hage (2011) a memória é a capacidade de elaborar, estocar, recuperar e utilizar a informação. É também a capacidade de aprendizagem, conservação, armazenamento e evocação de informações sobre nós mesmos e sobre o mundo que nos cerca. O desenvolvimento desta habilidade na infância ocorre paralelamente ao desenvolvimento cognitivo geral, sendo que, assim como a atenção, ela intervém em todas as atividades cognitivas (relacionadas ao desenvolvimento da linguagem ou ao reconhecimento de pessoas e objetos).

A memória é conceituada conforme a sua função, seu tempo de duração e seu conteúdo. Assim, podem ser distinguidos três níveis: memória sensorial, com duração inferior a um segundo; memória de curto prazo, que corresponde a um tempo de alguns segundos a alguns minutos e é sinônimo de memória operacional (capacidade de arquivar temporariamente a informação para o desempenho de diversas habilidades cognitivas); e memória de longo prazo, que cobre um tempo que vai de algumas horas a anos e é dividida em memória implícita e memória explícita. Resumidamente, memória implícita é a memória para habilidades e procedimentos e memória explícita é a memória para fatos e eventos (GRIVOL E HAGE, 2011, p. 246).

A manutenção e a preservação da capacidade para desempenhar as atividades básicas de vida diária são pontos básicos para prolongar a independência por maior tempo possível. Anos vividos a mais podem ser de sofrimento para os indivíduos e suas famílias, sendo marcados por doenças com sequelas, declínio funcional, aumento da dependência, perda da autonomia, isolamento social e depressão. Diante das alterações que ocorrem durante o processo de envelhecimento, a atividade física aparece como uma possível forma de retardar declínios funcionais, diminuir o aparecimento de doenças crônicas em idosos saudáveis ou doentes crônicos (CORDEIRO, 2014).

Para Lindoso (2011) com relação às mudanças físicas, a mobilidade articular e a força muscular são consideradas importantes quando se fala em habilidades motoras. Estudos mostram que o desempenho motor no processo de envelhecimento tem sido proposto como tendo fator único originário da deterioração da capacidade de processamento central de informação. É notório que, para realizar satisfatoriamente as tarefas do cotidiano, é preciso destacar a importância da habilidade manual. A mão serve tanto como receptor de informações quanto executor de resposta. Ela envolve a capacidade de registrar, reter e resgatar informações.

Muitos idosos se queixam de falhas de memória. A forma como o idoso observa sua memória é muito importante para seu desempenho no dia a dia. Trata-se, então, da chamada percepção subjetiva de memória. Vale ressaltar que, quando o idoso verbaliza sobre sua própria memória, provoca em si um momento reflexivo, pois muitas vezes ele não se dá conta de suas dificuldades e este momento pode facilitar a abordagem dos problemas relacionados à memória. Dentre as queixas relatadas por idosos, existem os chamados “brancos ocasionais”, que equivalem ao fato de o idoso não se lembrar onde guardou seus pertences e esquecer o nome de uma pessoa conhecida e que não vê há certo tempo. Com o passar do tempo, os reflexos das “falhas de memória”, os “pequenos acúmulos de esquecimento” na vida cotidiana, somados aos efeitos da dinâmica familiar e do grupo de amigos, fazem com que o idoso comece a expressar sentimentos de um “futuro desastroso” (LINDOSO, 2011, 305).

Silva (2016) apontou que a memória é objeto de investigação de diferentes áreas do conhecimento, sendo que o conceito varia de acordo com a natureza do fenômeno e do enfoque da pesquisa. As memórias dos idosos servem de marcas referenciais para a compreensão do processo histórico-cultural. Os relatos de experiências e vivências que marcam momentos decisivos da população idosa registram sonhos, medos, frustrações, escolhas e valores. É comum observar idosos que não recordam de passagens cotidianas, mas lembram com exatidão de situações ocorridas há muitos anos. Isso acontece porque a memória se desloca com mais facilidade para evocações passadas.

O exercício da memória aciona dois movimentos: a busca de uma realidade esquecida no tempo e a idealização dessa realidade, transformada e recriada constantemente. Essa tentativa de resgatar lembranças e reminiscências ajuda a evitar que a imaginação dos idosos se torne improdutiva, além de contribuir com o processo de autoavaliação, que se constitui como um verdadeiro mergulho interior. A memória tanto favorece o conhecimento do passado na organização ordenada do tempo, localizando os eventos numa sucessão cronológica, quanto contribui para a identidade pessoal e social dos mais velhos. Ao acionar suas lembranças, o idoso acaba reunindo fragmentos que serão conservados na memória, associando começos e fins no tempo e no espaço (SILVA, 2016, P. 380)

Para Gil (2015) um programa de estimulação cognitiva seria uma proposta terapêutica capaz de promover a saúde cerebral, contribuindo para o aumento da densidade sináptica e da plasticidade cerebral, pois requer novas aprendizagens e o desenvolvimento de novas estratégias cognitivas. Foi demonstrado que as melhorias ocorridas após a participação em programas de estimulação da memória são mantidas ao longo do tempo por períodos que variam de seis meses, podendo se prolongar até cinco anos após o início da intervenção. A Arteterapia é uma opção para isso.

ARTETERAPIA NA TERCEIRA IDADE

Para Acampora (2014) sabe-se que a Arteterapia é um excelente recurso como um canal de expressão. Para pacientes que possuem sintomas depressivos, sentimento de solidão ou de invisibilidade social esta técnica promove um espaço em que seus sentimentos e pensamentos são materializados e vistos.

Segundo Albuquerque (2007) a Arteterapia também proporciona a estimulação cognitiva, principalmente em idosos. É sabido que é de extrema importância que idosos exercitem sua mente para estimular o cérebro, prevenindo os grandes declínios cognitivos, característicos da idade. Em Oficinas de Memória usam-se jogos, palavras cruzadas, sudokus; enfim, exercícios que estimulam o pensamento lógico, matemático e linguístico. Estes exercícios são muito interessantes para desafiar a mente e tirá-la da preguiça.

De acordo com Almeida e Castiglioni (2007) a Arteterapia pretende valorizar a singularidade do sujeito sem perder de vista o coletivo, utilizando a arte, que é um caminho de expressão, de comunicação e síntese da experiência pessoal da pessoa. Representando conteúdos inconscientes e conscientes, integra aspectos afetivo e cognitivos de saúde e doença, sendo benéfica para ampliar a compreensão do ser humano, e neste caso, nos idosos.

As atividades artísticas permitem que a pessoa simbolize as suas percepções sobre o mundo, sobretudo quando não consegue expressar-se verbalmente ou através da linguagem escrita. Através da arteterapia é possível trabalhar outras linguagens não-verbais, como a sonora, a corporal e a plástica, estimulando também a audição, a visão, as funções motoras e cognitivas (COUTINHO, 2015).

A arteterapia pode ser um ótimo instrumento de trabalho com idosos, pois pelo seu aspecto lúdico proporciona às pessoas que estão nesta fase da vida, expressar os seus sentimentos, emoções, medos e angústias, em relação ao seu processo de envelhecimento. Através da arte, o idoso pode resgatar situações de vida que não foram devidamente elaboradas, e a partir dos recursos artísticos e expressivos, pode configurar tais situações e elaborá-las e integrá-las na sua consciência (DINIZ et al., 2010).

Hoje em dia, existe uma gama imensa de técnicas que podem ser úteis no trabalho com Arteterapia em idosos. Dentro das artes visuais, por exemplo, encontram-se técnicas de apresentação como: Dinâmica do nome; Dinâmica em que esses clientes escrevem quais seus planos e objetivos para o futuro; Confecção de um livro de pano, com um tema pré determinado, pelo arteterapeuta; Desenho; Pintura em tela; Cartão com raspagem e imagem oculta; Pintura com os pés; Escultura, escultura com olhos vendados e escultura coletiva; Máscaras; entre outras (FIORINO, 2017; MORAES, 2017).

Utilizando técnicas de autoconhecimento, o idoso pode vir a entender melhor a si mesmo e aos outros. Alguns exemplos de técnicas arteterapêuticas neste tema são: Desenho coletivo (quando a terapia acontece em grupo); Outdoor; Espumas coloridas; Modelagem; Transformação; Novo ser; Pintura sopradas; Mandalas pintadas ou com colagem; Colagens; Construção com folhas de vegetais (FIORINO, 2017; MORAES, 2017).

Já as técnicas teatrais envolvem: Criação e dramatização de uma história montada por eles; Representação de seu maior medo; A criança brincalhona; Através do desenho, como eu me vejo e como o outro me vê; Poesia; Pintando ao som de músicas variadas; Ilustração de poesia; Livro de folclore; Contação de histórias coletivas; Letra de música; Construção de instrumentos musicais; Criação de sons; entre outras (FIORINO, 2017; MORAES, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tal pesquisa, constatou-se a importância de se aplicar a arteterapia para clientes da 3ª (terceira) idade, com o objetivo de estimular o cérebro, melhorar a autoestima dessa faixa etária, bem como a sua produtividade e confiança em si mesmo. Prevenindo-se a demência e suas várias consequências, quando da utilização do processo arteterapêutico e a aplicação dos recursos que a arteterapia oferece. Fazendo com que esses clientes sintam-se mais valorizados e produtivos, e ao sentirem-se produtivos novamente aprendem e compartilham novas experiências, com isso ativando o cérebro e a memória.

As estratégias de memória podem auxiliar na organização dos materiais a serem codificados e servir como mediadores para o processamento eficiente das informações. As estratégias podem ser ferramentas para estimular os níveis residuais de plasticidade associados ao processo de envelhecimento. As estratégias internas, isto é, realizadas mentalmente, incluem a criação de imagens mentais, as estratégias de categorização, associação verbal, método dos lugares (*method of loci*) e método face-nome. As estratégias externas compreendem o uso de calendários, agendas, listas de afazeres, alarmes, entre outros recursos. Entre as estratégias mais estudadas na literatura encontram-se as imagens mentais e a categorização. A criação de imagens mentais consiste na criação consciente de imagens que auxiliem no fortalecimento do traço de memória. Nessa técnica, cria-se uma imagem de uma situação ou de um item a ser memorizado e a imagem pode ajudar a dar vivacidade às informações, podendo servir de mediador no momento do resgate da informação. Isto é, ao tentar resgatar o item memorizado, a imagem pode facilitar o acesso à informação desejada. A eficácia do uso de imagens mentais interativas é descrita em estudos de treino de memória. Entretanto, a criação de imagens mentais exige recursos cognitivos sofisticados e, por vezes, pode não ser uma estratégia prática para a vida diária, pois sua criação requer certa concentração e tempo. Autores defendem que a criação consciente de imagens mentais leva a um processamento mais profundo e detalhado da informação que poderia facilitar a memorização de longo prazo. A arteterapia colabora nesse sentido (TEIXEIRA-FABRÍCIO, 2012, P. 86)

É muito importante a atividade arteterapêutica, pois contribui para que se elimine o estresse de viverem longe da família, quando internos em casas e em lares de acolhimento, possam compartilhar de suas experiências de vida e sentirem-se realmente acolhidos e importantes. A arteterapia propicia benefícios imensuráveis a esta etapa da vida do cliente. Conseguem exteriorizar suas emoções e com isso reavivar a memória, pois através do despertar para as emoções e lembranças, são estimulados a fazerem com que o cérebro se ative. O cliente da 3ª (terceira) idade precisa ser estimulado a pensar e a criar e com isso ocorre uma maior irrigação de sangue no cérebro evitando-se, por assim dizer, a demência desta faixa etária.

REFERÊNCIAS

- ACAMPORA, B; ACAMPORA, B. **Técnicas arteterapêuticas**: modalidades expressivas para diversas áreas. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.
- ALBUQUERQUE, R. C. **Qualidade de vida do idoso**. Editora Casa do psicólogo, 2007.
- ALMEIDA, M. H. M.; CASTIGLIONI, M. C. Recursos tecnológicos: estratégia de promoção do autocuidado, atividades e participação para pessoas com doença de Parkinson. **Rev. Ter. Ocup.** Univ. São Paulo. 2007, vol.18, n 3, pp. 152-157.
- Associação Americana de Arteterapia. O que é Arteterapia?. Disponível em: <https://arttherapy.org/>
- Associação de Arteterapia do Rio de Janeiro. Arteterapia. Disponível em: <http://aarj.com.br/site/a-arteterapia/>
- BARROSO, Ralf Braga. Relação entre a competência funcional da memória episódica e os fatores associados à independência funcional de idosos saudáveis. **Rev. bras. geriatr. gerontol.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 751-762, dez. 2014.
- Bem de Saúde. Arteterapia. Disponível em: <http://www.bemdesaude.com/article/3/corpo-e-saude/116/arteterapia.html>
- BERNARDES, Flavia Rodrigues. Queixa subjetiva de memória e a relação com a fluência verbal em idosos ativos. **CoDAS**, São Paulo, v. 29, n. 3, e 20160109, 2017.

CORDEIRO, Juliana. Efeitos da atividade física na memória declarativa, capacidade funcional e qualidade de vida em idosos. **Rev. bras. geriatr. gerontol.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 541-552, set. 2014.

COUTINHO, Vanessa. **Arteterapia com idosos: ensaios e relatos**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

DINIZ, Gabriela; VAZ, Gustavo; COSTA, Lorena; PAIXÃO, Marcela; REIS, Nayara; MELLO, Vânia. **Arteterapia e Fisioterapia**.

Disponível: <<http://fisioterapiapucminas.blogspot.com.br/2010/10/doenca-demencia-em-idosos-uma-breve.html>>(2017)

Espaço Psicopedagógico Saber Aprender. O que é arteterapia. Disponível em: <https://espacopsicopedagogicosaberaprender.wordpress.com/2016/02/11/>

FIORINO, Marie-Christelle. 101 Maneiras de Melhorar Sua Memória. Disponível em: <<http://www.jaenoticia.com.br/noticia/983/Mal-de-Alzheimer-Mal-de-Parkinson-e-outras-doencas-causam-perda-da-memoria>>(2017)

GIL, Gislaine. Efeitos de um programa de estimulação cognitiva multidisciplinar intergeracional. **Rev. bras. geriatr. gerontol.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 533-543, set. 2015.

GRIVOL, Marcia Aparecida; HAGE, Simone Rocha de Vasconcellos. Memória de trabalho fonológica: estudo comparativo entre diferentes faixas etárias. **J. Soc. Bras. Fonoaudiol.**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 245-251, set. 2011.

LINDOSO, Zayanna Christine Lopes. Percepção subjetiva de memória e habilidade manual em idosos de uma oficina de inclusão digital. **Rev. bras. geriatr. gerontol.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 303-317, jun. 2011.

MORAES, ELIANA M. D'ÁVILA. A PRÁTICA DA ARTETERAPIA COM A TERCEIRA IDADE. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/psicologia/a-pratica-da-arteterapia-com-a-terceira-idade/57041>>

PASSARO, Ana. O que é a Arteterapia e quem é o arteterapeuta. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/terceira-idade/Idosohttps://www.saudedica.com.br>> (2017)

SILVA, Thais Bento Lima da. Treino cognitivo para idosos baseado em estratégias de categorização e cálculos semelhantes a tarefas do cotidiano. **Rev. bras. geriatr. gerontol.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 65-74, mar. 2011.

SILVA, Michel Carvalho da. As tecnologias de comunicação na memória dos idosos. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 126, p. 379-389, jun. 2016.

TEIXEIRA-FABRICIO, Aline. Treino cognitivo em adultos maduros e idosos: impacto de estratégias segundo faixas de escolaridade. **Psico-USF**, Itatiba, v. 17, n. 1, p. 85-95, abr. 2012.

A DUALIDADE AGÊNCIA-ESTRUTURA NA TEORIA SOCIAL CONTEMPORÂNEA



LARA DENISE GÓES DA COSTA

Resumo: Este artigo analisou a dualidade estrutura-agência proposta contemporaneamente por Giddens, Archer e Sztompka e apresentou algumas críticas aos modelos propostos pelos autores, em especial a dificuldade de alcançar uma ideia de agência que tenha a primazia do self individual diante da totalidade estrutural sociológica defendida *a priori*.

Abstract: This article analyzed the structure-agency duality proposed contemporaneously by Giddens, Archer and Sztompka and presented some criticisms of the models proposed by the authors, especially the difficulty of reaching an idea of agency that has the primacy of the individual self in the face of the structural sociological totality defended *a priori*.

Palavras-chave: Teoria Social; Agência; Estrutura.

KeyWords: Social Theory; Agency; Structure

O século XIX coincide com o nascimento da sociologia e sua tentativa de explicar a transição da sociedade europeia do medievo para a modernidade. Pode-se dizer que a mudança social é o cerne da preocupação sociológica,

tanto em dimensões macrossociológicas quanto micro. Assim como a realidade social, o tema da relação entre indivíduo e sociedade ou agência e estrutura se desenvolveu como espelho de diversos contextos sociais com a criação de modelos teóricos e categorias que pudessem apreender a realidade de forma mais rigorosa. É impossível, entretanto compreender as mudanças sem identifica-las com as concepções anteriores assim como seus processos de formação.

Atualmente, a hermenêutica se constitui do método por excelência das Ciências Humanas e a temática da teoria da ação nas Ciências Sociais, tendo o indivíduo como unidade última de análise percorreu um longo caminho de debate epistemológico para que se pudesse conferir à ação social a compreensão científica que a disciplina reivindica. Na tradição Sociológica, três autores se firmaram como um corpo coeso no desenvolvimento das teorias sociais, com Weber como último clássico consolidador do método individualista metodológico, seguido por Popper.

Mas Weber (2004) objetiva se opor a dois movimentos teóricos fortes na época: Objetivismo e Intuicionismo. O fundamento comum destas duas correntes seria a negação de que as ciências socioculturais podem se valer das leis gerais da lógica. Para Weber, embora ele aceite que há diferenças inquestionáveis quanto

as ciências naturais e as sociais, ele nega radicalmente que os conceitos explicativos gerais utilizados nas Ciências Naturais não sirvam para as Ciências Sociais. Com relação ao objetivismo, Weber aceita a proposição de que a realidade histórica concreta em sua completude é diversa e complexa e que ela não pode ser completamente contemplada por nenhum sistema de conceitos abstratos, mas isso nada se relaciona com a natureza lógica das categorias científicas. Toda experiência possuiria este caráter, isto é, formulações de leis gerais que não exprimem a totalidade, apenas alguns aspectos particulares. O mesmo seria aplicável à ação humana. Os fatos selecionados nas Ciências Sociais possuem relevância científica e são escolhidos dentre os diversos elementos experienciáveis que constituem determinada realidade. Uma ciência não é orientada pela natureza objetiva da realidade mas pela direção subjetiva do interesse do cientista. A ideia de compreensão trazida por Weber dá uma vantagem às Ciências socioculturais, pois podemos interpretar as ações e palavras, isto é, podemos ter acesso à dimensão subjetiva da ação. A ação, por excelência, é a premissa pela qual Weber parte para a compreensão nas Ciências Sociais¹. Considerando ação uma atitude humana na qual o ator associa determinado significado subjetivo, Weber passou a delimitar dois tipos ideais referentes a ela: a preocupação com a ação significativa nos períodos posteriores a Weber², questionou o caráter exclusivamente racional da ação, configurando algumas hipóteses teóricas alternativas, de caráter pragmatistas com as de John Dewey e G. H. Mead, precursores e interacionistas simbólicos e as de Becker, Goffman e Cooley que assentaram o caráter cotidiano da ação, com a interação face a face, muitas vezes considerada “irracional” ou automática.

O self apresentado por Mead trouxe uma nova abordagem que surge no início do século XX e procurou fundir as perspectivas psicológica e filosófica numa concepção simbólica desenvolvida pela Escola de Chicago. Embora para muitos, Mead seja considerado um behaviorista, sua psicologia social ainda é referência para análises dos agentes humanos enquanto formados por experiências sociais.

A partir do desenvolvimento do self social, a concepção de agência passou a ser objeto de estudo com variantes nas teorias da ação, teorias normativas e político-institucionais, com ênfase nas possibilidades de trânsito do agente no espaço social. Esta linha de análise foi desenvolvida sobretudo por Giddens (2003) e Bourdieu (1974) o primeiro com a preocupação de “dissolver” analiticamente a estrutura e a agência e conformá-las em uma única unidade analítica e o último, com a arguição de que a posição de um agente no espaço social pode ser concebida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos e na distribuição de capital em que eles atuam, em especial o econômico nas suas diferentes espécies simbólicas.

A partir daí, Mische e Emirbayer (1998) apontaram a negligência da Sociologia em

1 Das distinções que Weber postula haveria a *Zweckrational* que seria uma ação na qual há a expectativa do comportamento dos outros e o uso destas expectativas como condições e meios para obtenção de fins racionais ou perseguidos racionalmente. E a *Wertrational*, ação mediante a crença no valor absoluto de si mesmo, seja ético ou estético de uma determinada linha de conduta, independentemente dos resultados. (WEBER, 2000). Na interpretação de Goldenberg, para Weber, o interesse da ciência social seria o comportamento significativo dos indivíduos engajados na ação social, ou seja, o comportamento ao qual os indivíduos agregaram significado considerando o comportamento dos outros. Cf. GOLDENBERG, 2003.

2 Elias posteriormente discordou da metodologia Weberiana que considerava insuficiente para tratar do imaginário social de determinado contexto histórico. Para efeitos desta tese, concentrarei nas teorias que se preocuparam especificamente com a agência em decorrência das análises que foram desenvolvidas sobre ação e self respectivamente.

desconsiderar a concepção de agência sob o aspecto avaliativo-normativo, levando em consideração apenas o aspecto prático, relegando às teorias feministas e às teorias éticas tal empreitada. Se a agência possui um caráter dialógico de formação, os atores devem ser compreendidos de acordo com o processo histórico no qual fazem parte em conjunto com seus componentes agenciais, isto é suas próprias esquematizações de sua experiência social. Isso inclui as projeções pessoais, as seleções e implementações que cada agente realiza em prol de determinado projeto de vida, o que depende da compreensão do sistema de valores no qual o agente está situado.

Neste sentido, duas categorias se constituíram de extrema relevância para tal empreitada: o tempo e a ação. O primeiro foi objeto de estudo desde a abordagem evolucionista, na qual o conceito de progresso ou evolução traça uma linha de ascensão em direção a um fim previamente estabelecido, até passar por abordagens dialéticas, com conceitos de ciclo ou dinâmica e por fim, a abordagem sincrônica, na tentativa de dar conta da diversidade situacional e interpretativa de um dado momento histórico. A segunda categoria foi tematizada de acordo com a relação agência e estrutura.

Embora o desenvolvimento destes conceitos tenha se alternado com primazia ora para um ou outro, ambos estão intrinsecamente vinculados nas diferentes maneiras pelas quais moldam a ação social. A agência, contudo se tornou objeto mais problemático recentemente, com o surgimento de críticas à homogeneização do conceito de estrutura e de hábito, com ênfase na rotina, e o conceito de agência com ênfase no propósito e no juízo que embora sejam considerados seus aspectos constitutivos, ainda assim seriam insuficientes, pois não captariam nem a complexidade da ação agencial, nem a situação temporal em que reside.

Coube a Margaret Archer (2000) o desafio de teorizar e compreender biografias individuais sociologicamente de acordo com a perspectiva situacional. Archer trabalhou com uma unidade de análise – uma vida - e buscou entender como e por que os agentes tomam as decisões e arcam com as consequências de determinado tipo de vida. Archer busca compreender os agentes através do viés da projetibilidade, isto é, seus planos futuros e as possibilidades para a ação, com as restrições e oportunidades para a realização de seus sonhos e a partir da conversação interna que permite aos agentes se esclarecerem e deliberar para que assim realizem seus projetos em determinadas circunstâncias.

Paralelamente ao esforço teórico de fundamentar a sociologia e seu objeto, Alfred Schutz (2008) contemporâneo de Weber se empenhou em confronto a sociologia de Weber e redefinir os tipos de compreensão epistemológica das Ciências Sociais. Para Schutz, a compreensão possui três tipos: o da forma vivida no conhecimento cotidiano, o que supõe a análise do comportamento social em relação aos motivos e finalidades do ator social. Aquele que se coloca como problema epistemológico, que é a investigação o mundo vivido e seu plano eidético e o terceiro retoma a investigação do mundo da vida face às situações qualitativamente diferentes.

Na primeira hipótese epistemológica, cabia investigar a situação que diz respeito ao ator ou agente, isto é, o que diz respeito aos seus problemas³, isso significa que a interpretação de uma dada situação é dada em função da subjetividade do ator e corresponde aos elementos de sua vida

3 Neste sentido, Schutz concorda com Weber acerca dos limites de neutralidade axiológica nas Ciências Sociais, visto que a subjetividade do cientista se daria apenas pelas escolhas do objeto e não em sua análise, visto que não são objeto de observação do cientista social.

biográfica. Assim, a maneira como o ator define sua situação e sua ação se constitui no *datum* para a investigação sociológica. Ao mesmo tempo, a ação do agente, visto que não é isolada do mundo e tem sempre um horizonte que é o próprio mundo da vida faz depender a análise ao terceiro tipo de compreensão, que como vimos é a análise da dimensão situacional de mudanças qualitativas na vida do agente. Na primeira análise, o projeto e o desempenho social do ator é de certa forma a antecipação de uma conduta, isto é, como o agente imagina ou se vê no futuro como projeto a se realizar. Isso subdivide a ação em duas motivações: o motivo *em vista de* ou finalidade e o motivo *por causa de*, que é o background dos atores, o ambiente, a disposição psíquica, ou seja, os valores.

Desde el punto de vista del actor, esta clase de motivos se relaciona con su futuro.(...) Podemos decir que el acto proyectado, es decir que el estado de cosas previamente imaginado y que debe ser producido por la acción futura constituye el motivo para de esta última⁴.

Para Schutz, os motivos *em vista de* são dificilmente apreensíveis, posto que subjetivos, mas os motivos *por causa de*, são objetivos pois são as experiências anteriores sedimentadas em preferências, gostos, preconceitos, inclinações que farão com que ele selecione seus motivos “em vista de”. Os valores se tornam fecundos para a compreensão dos fenômenos pois permitem chegar a um conjunto de interpretações em conjunto com as escolhas que os agentes fazem⁵. Nesta interpretação fenomenológica, a situação de finalidade e causalidade ainda estão desprovidas da dimensão temporal na qual o agente se situa (Schutz,2008). Independente de como determinada sociedade divide e ordena o fluxo do tempo, o passado e o futuro incidem sobre a ação do presente a influenciam-na.

Para Parsons (2010), um ato é sempre um processo no tempo e algo que não pode ser feito senão pelo ator, enquanto a estrutura permanece uma categoria mais espacial do que temporal. Desta forma, a ação social é estruturalmente teleológica na medida em que a noção de esforço seria o mediador entre a obrigação moral⁶ e a racionalidade instrumental⁷. Jeffrey Alexander e James Coleman (1987) tentaram conjugar as abordagens instrumentais e normativas com resultados diferentes. Respondendo ao sumiço da agência desde as versões estrutural-funcionalistas, as teorias da escolha racional tentaram trazer o “ser humano de volta” com foco na ação instrumental de cálculo, escolha e estratégia. Mostraram que a ação social é sempre um fenômeno complexo de interação mas deixaram de lado explicações acerca dos atributos da motivação para ação, visto que as ações instrumentais são abstraídas da experiência. Além disso a estrutura é compreendida apenas como soma da ação individual sem que os agentes tenham algum controle sobre como agem e com isso a estrutura é o resultado de ações despropositadas, mas racionais e estratégicas de acordo com os interesses

4 SCHUTZ, op. cit. p. 88.

5 Capalbo faz uma análise comparativa entre os sistemas de Weber e Schutz, na qual realça o caráter motivacional psicológica do agente em Schutz perante a ação racional de Weber, que atualmente como referencial teórico se encontraria ultrapassado, embora conste como paradigma sociológico às teorias da ação. Cf. CAPALBO, 1979.

6 Para Parsons, o uso do termo normativo: “será usado na medida em que ele manifesta ou envolve um sentimento atribuível a um ou mais atores de que algo é um fim em si mesmo, independentemente do seu estatuto como um meio para qualquer outro fim (1) para os membros de uma coletividade (2) para alguma parte dos membros de uma coletividade (3) para a coletividade como unidade”. A análise do papel dos elementos normativos, se dará, a partir do pressuposto de que “a ação humana é a experiência de que os homens não só reagem a estímulos mas também em algum sentido, tentam fazer com que sua ação esteja de acordo com padrões que são por parte do ator considerados desejáveis. p.113 e 114.

7 Ou racionalidade prática que é a interpretação de Parsons do imperativo hipotético kantiano. Cf. PARSONS, 2010.

individuais. Alexander tematizou sobre as formas como a agência humana se engaja em contextos e desenvolveu um conceito de ação de dupla dimensão: a primeira seria uma interpretação subdividida em tipificação e invenção e a segunda estrategização.

Estas dimensões analíticas entretanto ficaram fora da dimensão temporal, pois a dimensão agêntica neste sentido está fora da experiência propriamente dita, sendo utilizada apenas com forma para aplicação na experiência. A agência, a partir daí deve ser retomada em sua dimensão experiencial, conectada intrinsecamente com as mudanças temporais que orientam os atores situados.

Tornou-se então objeto de consideração na sociologia, portanto, a análise da ação social segundo o agente, com repercussões para a práxis e a analítica social. Três autores se destacaram nesta empreitada: Anthony Giddens (2003) que desenvolveu a dualidade da estruturação e Margaret Archer (1988; 2000) com a abordagem morfogenética na qual o critica e Piotr Sztompka (2005) que tenta oferecer uma via intermediária para os precedentes.

A partir do século XX, a dificuldade de apreensão da realidade social nestes moldes possibilitou a alguns autores a reinterpretação de paradigmas individualistas e holistas da Sociologia e o questionamento da conexão entre a estrutura e a agência.

Para além da *linguistic turn*, Giddens se propôs a reduzir a uma unidade a estrutura e a agência social, tendo em mente que a linguagem não “dissolveria” a ontologia do ser humano. Se a linguagem não pode determinar o ser humano e também não pode limitá-lo pelo discurso, Giddens crê que fundir o ser humano na estrutura é alargá-lo. De fato, Giddens mostra que se a teoria social não tem como finalidade apenas a generalizações de hipóteses a partir de explicações estruturais em oposição às explicações agências, mas caberia também desenvolver a articulação da cognoscitividade dos agentes.

A separação entre agência e estrutura em dois níveis é o pressuposto apostado por Giddens inicialmente. Ao ser definido o nível das estruturas e o nível dos agentes como distintos e separados, coube para Giddens tentar integrá-los na recíproca dependência entre estrutura e ação. De acordo com a noção de dualidade das estruturas, os agentes e as estruturas seriam dois conjuntos independentes e determinados, um dualismo, mas também uma dualidade, no sentido de que as propriedades estruturais dos sistemas sociais são tanto meios como produtos das práticas que os agentes organizam. A dualidade dos agentes poderia ser proposta como princípio complementar, significando que suas propriedades seriam tanto o produto das estruturas como recursos para a construção social. Para Giddens, se a sociedade é a condição da nossa atividade, a atividade humana é igualmente uma condição da sociedade que ela reproduz e transforma continuamente.

A explicação pela estrutura se voltaria para as circunstâncias ou aspectos das circunstâncias que são ignoradas pelas agentes e que atuam efetivamente neles independente do que o agente possa acreditar que tem pela frente. Outra hipótese seria a aplicação das propriedades estruturais ao desempenho dos agentes. Entre outros meios conceituais para analisar os atores, estão a busca de razões ou motivações pelas quais os agentes atuam e como atuam. Estes meios constituiriam para Giddens a hermenêutica inerente à teoria social e sua articulação é relacionada à cognoscitividade dos agentes.

Para Giddens, a *linguistic turn* nas teorias sociais e pelo surgimento das filosofias pós-empiristas, se dedicam *prima facie* ao caráter epistemológico enquanto ele acredita que há interesses mais ontológicos na teoria social, na medida em que a teoria social prescinde de reelaboração de concepções de ser humano e fazer humano assim como a reprodução e transformação social. Giddens se coloca entre o objetivismo ou a sociologia estrutural, pelo qual o objeto predomina sobre o sujeito e o subjetivismo decorrente de exageros da hermenêutica. Assim, sua teoria da estruturação baseia-se na premissa de que esse dualismo tem de ser reconhecido como dualidade, isto é a dualidade de estrutura, embora se admita que a sociedade não é criação de sujeitos individuais também está distante da sociologia estrutural e seu determinismo.

A concepção de Giddens de ação humana transfere então a atenção para o poder de intervir no curso dos acontecimentos. A conexão entre ação e poder precede a explicação das práticas sociais, isso por que a ação social depende da capacidade dos atores de produzir os resultados sejam conscientes deles ou não. Para a teoria da estruturação de Giddens, as intervenções dos atores sociais sempre estão, entretanto, em um conjunto limitado de opções disponíveis o que limita até certo ponto o exercício da ação. Para Giddens a ação assim, precede a subjetividade na medida em que nenhum agente possui a completa possibilidade de executar todo tipo de prática.

A partir daí resta estabelecer as relações de tempo e espaço, nas quais as propriedades estruturais dos sistemas sociais se tornam disponíveis. Isso significa analisar o processo em que formas de conduta social são cronicamente reproduzidas através do tempo e espaço. A estruturação de instituições pode ser entendida em função de como se dão as atividades sociais e como se alongam no tempo. As práticas sociais ao se estabelecerem no espaço-tempo estão na raiz da constituição do sujeito e do objeto social. Um dos principais conceitos envolvidos na teoria da estruturação é a discussão sobre a consciência ou inconsciente na vida cotidiana. Os agentes ou atores tem a capacidade para entender o que fazem enquanto fazem. As capacidades reflexivas do ator humano estão caracteristicamente envolvidas de um modo contínuo no fluxo da conduta cotidiana, em suas atividades sociais e portanto, sua cognoscitividade como agentes está contida em sua consciência prática⁸.

Enquanto o estruturalismo e o funcionalismo enfatizam a preeminência do todo social sobre suas partes individuais, nas sociologias interpretativas é concedida primazia à ação e ao significado na explicação da conduta humana. A questão é como o conceito de ação, significado e objetividade devem ser especificados e relacionados à estrutura e à coerção e este é um dos problemas que Giddens quer resolver. A continuidade das práticas requer reflexividade e permanência e os agentes reproduzem as condições que tornam possíveis essas atividades.

Na teoria da estruturação, um ponto de partida hermenêutico é aceito na medida em que se reconhece que a descrição das atividades humanas requer familiaridade com as formas de vida expressas

8 Giddens ao expor o conceito de rotinização, isto é a rotina e tudo o que é feito habitualmente como um elemento básico da vida cotidiana quer questionar a lacuna na análise de Goffman, que ao expor tensões que estão implícitas no self dos agentes, não abordou contudo em sua teoria o universo das motivações que são constitutivas das identidades sociais. Mas Becker justifica a falta de interesse nas discussões sobre motivação, pois crê que qualquer análise sobre as motivações reais dos agentes fugiria da dimensão significativa da análise social e cairia sobre a psicológica ou especulativa. Cf. BECKER, 2008.

naquelas atividades. A reflexividade deve ser entendida não meramente como autoconsciência, mas como um caráter monitorado do fluxo contínuo da vida social. Ser um ser humano é ser um agente intencional, que tem razões para as suas atividades. As expressões comuns como intenção, razão, ou motivos são associadas frequentemente a um voluntarismo e por que eles retiram da ação humana a contextualidade espaço-tempo. Como seu intuito é mostrar que a ação intencional não se compõe apenas de intenções e razões isoladas e por isso deveríamos pensar em termos de estruturação, a temporalidade como certo sentido de história deve ser o ponto de partida para o ato intencional.

A ação embora temporalizada ou contextualizada não pode ser compreendida senão por algum ponto de partida histórico, o que de fato é imprescindível quando se quer buscar uma análise do inconsciente da ação. A análise da estrutura se torna, portanto, espelho do inconsciente do agente. Giddens defende que a agência não seria apenas a ação que os indivíduos executam através das propriedades definidoras dessa ação como tal: não se refere às intenções que as pessoas têm ao fazer as coisas, mas à capacidade delas para realizar essas coisas em primeiro lugar. O que quer que tenha acontecido não o teria se esse indivíduo ao tivesse interferido. Agência, portanto se refere a fazer com consequências não necessariamente intencionais nem presumidas pelo agente.

Giddens, portanto, propõe que o resultado da ação é o ponto de partida para compreensão da agência e se as intenções podem ser reveladas pela estrutura, na medida em que elas são o inconsciente individual, não há agência propriamente dita, apenas o espelho das intenções já estruturada e a ação propriamente dita não é vista no momento imediato, mas com os olhos para o passado. Compreende-se que Giddens dualize a estrutura ou dissolva a agência na estrutura por que preocupa-se em definir epistemologicamente o fazer sociológico, que seria a preocupação com o estrutural. Isso não significa, porém que a agência se dê desta forma.

Ao buscar o normativo no inconsciente de forma a explicar socialmente a agência, Giddens dissolve novamente as regras sociais em seus recursos, isto é, pelos meios os quais são utilizadas. Normas são fronteiras factuais da vida social, para as quais são possíveis várias atitudes manipulatórias. A linha entre uma consciência discursiva e prática é inconstante na experiência individual e creio que a ênfase de Giddens em Freud para explicar o inconsciente é voltar à primazia do discurso que ele crê que seja insuficiente para a nova teoria social que deseja propor.

Contraopondo-se a Giddens, Margaret Archer (2000) irá desenvolver uma concepção de agência que tem como base o senso de self e a possibilidade de transformação da estrutura no tempo social. Archer critica a rotulação da complexidade na hibridização ou fusão dos componentes agência e estrutura. Se pensarmos em como atua a estrutura, isto é, seus condicionantes teremos que dar conta de que estes são diferentes de determinantes e aqueles possibilitam a resistência ou drible como habilidade individual do agente e como reação às influências estruturais.

Archer se propõe então a analisar de que forma e quando o hábito prevalece sobre a reflexividade e vice-versa e para isso se torna necessário analisar a conexão entre a relação A: interação e relação B: reprodução. Enquanto para Hans Joas a criatividade de toda ação só surge com problemas os conflitos, para Archer se a estrutura bloqueia, ela ao mesmo tempo possibilita as deliberações reflexivas. Archer ainda discorda de Giddens e de Bourdieu na medida em que acredita que suas teorias impedem o

exame da interação, visto que suas abordagens teriam natureza a-histórica no debate *hábito* como ação habitual. Se as estruturas dependem das atividades dos agentes⁹, torna-se necessário um exame analítico- temporal como justificativa para o exame analítico. Na medida em que as estruturas pré-datam as ações, estamos falando de ação no tempo, da diacronia e de sua elaboração pelos agentes, que com isso pós-datam a estrutura. Desta dupla morfogênese ocorre a mudança externa, social e interna - individual dos agentes. A identidade pessoal do agente, o “quem é quem” das relações sociais e o que ele faz para possibilitar a mudança ou continuidade social é fruto portanto, da elaboração da dominação ou da subordinação de acordo com a conversação interna reflexiva que surge fora do hábito.

Margaret Archer contesta a dualidade da estrutura optando pelo dualismo analítico. Para ela, Giddens se equivoca na tentativa de conceituar certas propriedades das estruturas e certas propriedades das pessoas e combiná-las efetivamente na interface. Para Archer, caberia examinar a interação, o intercâmbio, em lugar de fundi-los, ou seja de compreender a relação entre eles. Sua concepção de agência envolve a dimensão das práticas sociais de acordo com duas concepções de self. A primeira, é a concepção de self que tem fundamento social. A segunda é o senso de self que é plenamente individual. Para que o primeiro seja possível, isto é, para que haja internalização das instituições sociais, como papéis e atribuições dentro de determinada hierarquia social, há necessariamente de existir primeiramente o senso de self, isto é, o senso de si mesmo, individual. Sendo involuntário o processo de aquisição do self social, adquirimos agência no processo que leva de volta à estrutura, seja a partir da transformação seja a partir da sua reprodução.

Thus for anyone to appropriate social expectations it is necessary for them to have a sense of self upon which these impinge such that they recognize what is expected of them, otherwise obligations cannot be internalized. (Archer, 2000, p.256)

Archer irá desenvolver a teoria morfogenética da emergência, reprodução e transformação dos sistemas culturais e estruturas sociais. O problema da agência humana, suas identidades pessoais e sociais como se desenvolvem e perseguem seus objetivos. Se preocupa em pensar a cultura, a estrutura social e a agência e como conectá-las sem reduzi-las uma a outra, o que ela chama de confluência. Criticou teorias anteriores, revendo as teorias micro-macro que opuseram coletivistas, individualistas e dialéticos desde os anos 50 e também criticou os teóricos da escolha racional, os estudos culturais e a teoria da estruturação por considera-las reducionistas.

Para Archer (2000), Weber, Popper¹⁰ e Boudon¹¹ teriam apresentado uma imagem voluntarista da sociedade e pecariam pela confluência ascendente ou reducionista para cima. Se por um lado, individualistas explicam a sociedade como uma reprodução de ações individuais, culturalistas e estruturalistas como Durkheim, Parsons ou Althusser tenderiam a ver as ações individuais como

9 ARCHER, 2011.

10 Embora Popper recuse o individualismo extremo e as explicações psicológicas de verificação situacional social, a inclusão da análise institucional no individualismo metodológico ainda seria insuficiente para explicar a ação em termos sociais.

11 A teoria do sujeito epistêmico de Boudon explica a ação do agente não por suas motivações internas ou por explicações externas com base em ideologia no sentido negativo, mas por meio da convicção. A partir da crença que os agentes possuem em seu próprio comportamento e no dos outros, sua justificação se apoia na realidade social em que estes vivem e sua convicção se relaciona com o sistema no qual eles interagem e nas próprias razões que dão para seus atos.

meras emanções de estruturas sociais e assim cometeriam o reducionista descendente. Por outro lado, estruturacionistas como Berger, Luckmann, Giddens e Bourdieu veriam a agência e a estrutura como dialeticamente implicadas e mutuamente constitutivas e cometeriam o erro da conflação central, pois ao invés de articularem a agência e a estrutura, dissolveriam as diferenças entre ambas com o resultado de que sua inter-relação não poderia mais ser investigada.

Para Archer, a principal falha da teoria da estruturação consiste na rejeição da emergência e a superveniência ontológica. Embora Giddens reconheça que as práticas podem resultar em importantes consequências não intencionais da ação, sua ontologia das práticas desautoriza a tese da emergência de um sistema relativamente autônomo e dotado de poderes causais irreduzíveis e temporalmente anteriores às ações dos indivíduos e grupos. Archer rejeita a dualidade da agência por uma concepção estratificada da realidade que não elimina diferenças entre os estratos sistêmicos. Para Archer, a estrutura representa o sistema de propriedade da vida social, o set complexo de relações e é irreduzível aos indivíduos.

Personal identity is obviously a property, which depends upon the prior emergence of the self. (...) Agency leads to structural and cultural elaboration, but is it self elaborated in the process. (Archer, 2000, p.258).

Se o senso de self for independente da linguagem, ele não pode ser passivo e sim agencial. Pressupor o senso de self para além da estrutura é criticar certo minimalismo das potências humanas, que para Archer está subentendido na perspectiva estruturacionista de Giddens.

Piotr Sztompka (2005) tenta se distanciar dos dois na medida em que pensa que sempre há uma fusão entre os agentes, as ações e as estruturas e crê que as estruturas não se dissolvem nos agentes nem vice versa. Isso implica o fato que Charles Cooley (1964) já havia afirmado: que a individualidade e a sociedade nasceram gêmeas, tampouco existe agente em sociedade, nem o contrário. Eles estariam fundidos no mundo social em uma trama. O que haveria de real seriam apenas os eventos. Como Sztompka não defende a primazia dos fatos nem dos atos individuais mas sua fusão íntima, concreta¹², o nível intermediário proposto por Sztompka caracterizado pelo conceito de práxis separa analiticamente dois níveis - o das totalidades e o das individualidades. Em termos de existência: potencialidade e realidades. A práxis seria o *locus* onde se encontraria a operação e a ação e representa a confluência entre a estrutura e os agentes. Ela seria assim duplamente condicionada: de “cima” pela sociedade em geral e de “baixo” pela conduta dos indivíduos.

Sendo práxis a concretização ou a manifestação da trama social, para Sztompka é inevitável a existência de algo que nela se concretiza e se manifesta e esta é a potencialidade inerente da práxis, um conjunto de aptidões, disposições e isso é o que o conceito de agência poderia expressar: o correlativo ao conceito de práxis, situado no mesmo nível. A agência, portanto, seria a potencialidade da práxis, uma noção atributiva da estrutura que resume certas propriedades da trama social. É aí onde se encontrariam as estruturas – capacidades de operação - e os agentes como capacidade de ação.

Embora o conceito de práxis tente fugir do dualismo analítico proposto por Archer e da dualidade

12 Discordo parcialmente, a perspectiva de Sztompka com a analogia do corpo-mente é estática, embora afirme que os eventos seriam meio termo entre agente e estrutura.

da estruturação proposta por Giddens, creio que Sztompka deixa pouca margem para a atuação do agente. Se a agência para Sztompka são propriedades da estrutura, o qual o agente incorpora de forma a manifestá-la em atos individuais, não há espaço para a criatividade, visto que as propriedades já estão pré-definidas na estrutura. Como compreender as tendências e disposições a priori? Se elas são propriedades da estrutura, há alguma liberdade de ação para o agente senão a conformação com as propriedades pré-existentes estruturais? O determinismo com que caímos na práxis retira do conceito de agência todo elemento individual, como a dimensão imaginativa e criativa.

A dificuldade da abordagem entre estrutura e agência tanto da primazia do social frente ao individual e vice-versa, talvez possa ser reintegrada para além das análises reducionistas de uma ou de outro, conjugando-os e creio que Margaret Archer em seu trabalho conseguiu chegar ao cerne da questão. Para a compreensão agencial, portanto, cabe analisar a biografia tendo em mente que diante do senso de self de um agente, ele possui a capacidade avaliativa de julgar as concepções de self que lhe são atribuídas e a partir disso se identificar com aquela que estiver de acordo com o seu senso de self subjetivo. A análise portanto, em terceira pessoa como observador, parte da forma como o agente se identificou e não das concepções disponíveis de self.

REFERÊNCIAS

ARCHER, M. S. **Habitus, Reflexividade e Realismo**. Revista de Ciências Sociais, Vol.54, nº1, pp.157 a 206. 2011.

_____. *Being Human: the problem of agency*. Ed. Cambridge University Press, 2000.

_____. **Culture and agency: the place of culture in Social theory**. Ed. Cambridge University Press, 1988.

CAPALBO, C: **A fenomenologia de Alfred Schutz**. Ed. Antares, 1979.

COLAPIETRO, V. *A revised portrait of human agency: a critical engagement with Hans Joas's creative appropriation of the pragmatic approach*. European Journal of Pragmatism and american philosophy. 2009.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. Ed. Martins Fontes, 2003.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Ed. Record, 2003

JOAS, H. *The creativity of action: Pragmatism and the critique of rational choice*. Ed. University of Chicago Press, 1996.

LUKES, S. *Individualism*. Ed. Harper and Row. 2973

MEAD, G. H. *Mind, Self and Society*. Ed. Cambridge University Press, 1967.

_____. **Movements of Thought in the 19th century**. University of Chicago Press. 1936.

PARSONS, T. **A estrutura da ação social: um estudo de Teoria Social com especial referência a um grupo de autores europeus recentes**. Ed. Vozes, 2010

SIMMEL, G. **On individuality and social forms**. Edited By University of Chicago Press, 1971.

SZTOMPKA, P. **A Sociologia da mudança social**. Ed. Civilização Brasileira, 2005.

TURNER, J. **Teoria Social Hoje**. Ed. Unesp, 1999.

VANDENBERGHE, F. **Teoria Social Realista: um diálogo franco-britânico**. Ed. UFMG, 2010.

WEBER, M. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Ed. Imprensa Oficial, 2004.

A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA COMPREENSÃO DA ATIVIDADE HUMANA



ELIÉTE ZANELATO

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e UNIR - Universidade Federal de Rondônia

SÔNIA DA CUNHA URT,

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Agência financiadora: FAPERO/CAPES.

RESUMO: Vygotski (1896-1934) em sua busca por uma psicologia não dualista e com bases marxistas, foi o precursor da Teoria Histórico-Cultural, diversos autores deram continuidade a sua pesquisa, dentre eles, Leontiev (1903-1979) e Davydov (1930-1998). Para tal perspectiva teórica, o psiquismo humano se desenvolve ao realizar atividades, o que geram mudanças objetivas e subjetivas diretamente inter-relacionadas. No presente capítulo, o objetivo é discutir a estrutura da atividade humana a partir das contribuições de Leontiev (1978, 2004) e Davydov (1988, 1999a, 1999b). Apesar da mesma base teórica, os autores apresentam diferentes compreensões acerca da estrutura da atividade humana. Um dos pontos de discordância entre eles é o papel das emoções na estrutura da atividade. Para Davydov, desejos e necessidades são a base das emoções e essas impulsionam a atividade. Já para Leontiev são os motivos que impulsionam a atividade e alguns motivos são formadores de sentido, por isso, possuem grau de importância maior, enquanto outros são motivos-estímulos baseados em emoções e são colocados em uma posição secundária. Consideramos que, como possuem a mesma base de sustentação teórica, tais diferenças não os colocam em grau de oposição, mas de complementaridade.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria da Atividade. Atividade humana. Estrutura da consciência.

ABSTRACT: Vygotsky (1896-1934) in his search for a non-dualist psychology and with Marxist foundations, was the forerunner of Historical-Cultural Theory, several authors gave continuity to his research, among them Leontiev (1903-1979) and Davydov (1930-1998). For such a theoretical perspective, the human psyche develops by carrying out activities, which generate directly related objective and subjective changes. In this chapter, the aim is to discuss the structure of human activity from the contributions of Leontiev (1978, 2004) and Davydov (1988, 1999a, 1999b). Despite the same theoretical basis, the authors present different understandings about the structure of human activity. One of the points of disagreement between them is the role of the emotions in the structure of the activity. For Davydov, desires and needs are the basis of emotions and they drive the activity, whereas for Leontiev they are the motives that drive the activity and some motives are trainers of sense, therefore, have a higher degree of importance, while others are emotion-based stimulus motives and are placed in a secondary position. We consider that because they have the same theoretical basis of support, such differences do not place them in the degree of opposition, but of complementarity.

KEYWORDS: Theory of Activity. Human activity. Structure of consciousness.

1. INTRODUÇÃO

Para a Teoria Histórico-Cultural (THC) a constituição do ser humano se deu no processo de hominização e humanização. Tais processos estão relacionados ao desenvolvimento biológico e social do ser humano historicamente construídos. O trabalho e, concomitantemente, a linguagem são colocados como categorias centrais.

De acordo com Marx e Engels (2009), a produção da vida material é premissa para manutenção da vida e o homem (compreendido como gênero humano) passa a se distinguir dos animais a partir da produção de seus meios de subsistência (primeiro ato histórico), ou seja, a partir do trabalho. O entendimento é que são as condições concretas/materiais que determinam a produção desses meios.

Trabalho e linguagem são considerados categorias fundantes porque compõem tanto o processo de hominização quanto o de humanização. Hominização por serem responsáveis pela transformação, em nível ontogenético, do cérebro do macaco em humano e, humanização devido serem originalmente sociais.

É por meio da atividade produtiva (trabalho) que o indivíduo se utiliza dos objetos naturais e os torna humanizados (sociais), os transforma para atender suas necessidades. Ao modificar o meio em que estão inseridos, os homens também se modificam internamente, isto é, modificam suas funções psíquicas e seu reflexo consciente da realidade (pensamento).

Diferente dos outros animais, o ser humano é capaz de realizar uma atividade orientada para um determinado fim, tal atividade possibilita uma mediação entre o indivíduo e a realidade objetiva. É justamente essa atividade humana que é estudada por Leontiev (1903-1979) e por Davydov (1930-1998), cada um com suas especificidades, mas ambos partindo da mesma base teórica, fundamentada em Vigotski (1896-1934).

No presente trabalho, o objetivo é discutir a estrutura da atividade humana a partir das contribuições de Leontiev (1978, 2004) e Davydov (1988, 1999a, 1999b). Para tal, serão utilizados textos de amplo acesso traduzidos em português e em espanhol de ambos os autores. No próximo tópico será apresentada a estrutura da atividade inicialmente para Leontiev, em seguida para Davydov, na sequência serão apontados aproximações e distanciamentos entre ambos.

2. A ESTRUTURA DA ATIVIDADE PARA LEONTIEV E PARA DAVYDOV

A visão trazida pelos autores estudados deve ser compreendida dialeticamente, as etapas e divisões apontadas não são fixas ou estanques, nem dissociadas da realidade concreta/objetiva em que os indivíduos estão inseridos, histórica e geograficamente. As relações sociais são a base de análise dos autores em que pese uma visão materialista de mundo.

Segundo Leontiev (1978, 2004), ao realizar as atividades para satisfação de suas necessidades, os indivíduos estabelecem relações sociais entre si, o que impulsiona o desenvolvimento psíquico. É

por meio das atividades que os indivíduos se apropriam da realidade e em certos momentos da vida algumas atividades são mais determinantes que outras, sendo chamadas de atividades principais ou dominantes, quais sejam: o jogo, o estudo e o trabalho.

Falar que uma atividade é a principal não corresponde dizer que é a única, mas sim que se sobressai em relação as demais, ou seja, são as que possibilitam as principais mudanças na personalidade do indivíduo, em determinado período de desenvolvimento. O autor considera a personalidade “como uma nova qualidade gerada pelo movimento dos sistemas das relações sociais objetivas para as quais sua atividade é atraída (LEONTIEV, 1978, p. 174).

A estrutura da atividade, segundo Leontiev (1978, 2004) é constituída por: necessidades, ações, operações e objeto. O objeto da atividade humana pode aparecer de duas maneiras. A primeira de forma independente, subordinando e transformando a atividade do sujeito. A segunda como produto do reflexo psíquico de sua propriedade, ou seja, do objeto efetuado como resultado da atividade do sujeito. Significa, então, dizer que quem direciona os processos de atividade é, primeiro, o próprio objeto. Posteriormente, a imagem, como produto subjetivo da atividade que fixa, estabiliza e orienta seu conteúdo objetivo.

No processo de desenvolvimento o indivíduo modifica a natureza para satisfazer suas necessidades, a medida que essas são satisfeitas as relações sociais se complexificam e surgem novas necessidades. As necessidades se transformam em motivos da atividade, isto é, impulsionam a atividade. Leontiev (1978), assinala que existem necessidades ligadas as questões biológicas e existem as necessidades objetivas que possuem a função de orientar e regular a atividade concreta do sujeito no meio objetivo. As necessidades objetivas são aquelas adquiridas a partir da prática social, são elas que estimulam e dirigem a atividade.

Conforme Leontiev (1978, 2004), a dinâmica entre o motivo (impulsionador) e o objeto da atividade humana (fim) é constituída por um ponto fundamental e genérico: as relações sociais. Elas estão dialeticamente ligando motivo e objeto da atividade do indivíduo, envoltas de dinâmicas como a realização de ações não lineares.

O motivo não está sempre ligado imediatamente ao seu fim. Para a satisfação de uma necessidade, o indivíduo constantemente executa ações que não condizem diretamente com o fim/objeto da atividade. Por exemplo, o adolescente cursando o ensino médio, estuda para uma prova. O ato de estudar pode ser tanto uma atividade quanto uma ação, depende do motivo que o incita a estudar. Se estiver estudando impulsionado pelo desejo de aprender o conteúdo para ser aprovado na prova, estará realizando a ação de estudar.

A ação de estudar auxilia no processo para atingir o fim que é a aprovação na prova, entretanto com ela, não se satisfaz imediatamente o esperado, não se alcança o objeto da atividade. A ação apresenta um resultado parcial para a atividade. Além disso, para realizar tal ação, o adolescente poderia realizar diversas operações, a saber: leitura de texto, escrita de um esquema, assistir aulas sobre o conteúdo etc.

Se, por outro lado, o adolescente estudar impulsionado pelo motivo de se apropriar dos

conhecimentos, o fim da atividade seria a aprendizagem e nesse caso o motivo estaria correspondendo ao objeto da atividade, seria uma atividade e não mais uma ação. A ação da atividade de estudo seria: leitura de texto, escrita de um esquema, assistir aulas sobre o conteúdo etc.

As alterações entre ações e atividades, entre atividade principal/dominante ou não, possuem ainda relação com a estrutura da consciência que englobam os sentidos e significados/significações. Os significados são sempre sociais, são objetivos, são resultados de atividade humana e por isso, produzidos historicamente e socialmente. Inclui-se os conhecimentos científicos, filosóficos e as artes.

Os sentidos são pessoais, mas são formados a partir da apropriação de significados. Leontiev (2004, p. 103) salienta que a correlação entre as ações e operações objetivas para atingir um fim se dá pelo sentido racional, consciente dado pelo indivíduo durante a atividade. Então, “(...) o sentido consciente traduz a relação do motivo ao fim”.

Além dos sentidos e significados, principais componentes da estrutura da consciência, um outro que merece menção é, de acordo com Leontiev (2004, p. 105), o conteúdo sensível (sensações, imagens de percepções, representações). Tal conteúdo é considerado a base e a condição da consciência, é ele que “cria a riqueza e as cores do reflexo consciente do mundo”, mesmo não revelando em si a totalidade dessa consciência. Para o autor, a consciência humana está ligada a estrutura da atividade, e essa última, é construída a partir das condições sociais e relações humanas que dela decorrem.

Davydov (1999a) concorda com a estrutura de atividade proposta por Leontiev, mas acrescenta outros elementos, em especial os desejos. A estrutura da atividade teria os seguintes elementos para ele: “desejos, necessidades, emoções, tarefas, ações, motivos para as ações, meios usados para as ações, planos (perceptual, mnemônico, pensamento, criativo) – todos se referindo à cognição e também à vontade (DAVYDOV, 1999a, p. 5)”.

Os desejos e as necessidades compõem a base de funcionamento das emoções e, emoções e necessidades não podem ser consideradas isoladamente, visto que as necessidades se mostram pelas manifestações emocionais. O desejo é o núcleo básico de uma necessidade podendo se transformar nela e “as emoções são inseparáveis de uma necessidade. Ao discutir uma emoção podemos sempre identificar a necessidade em que está baseada essa emoção. E quando estamos discutindo um tipo de necessidade, temos que definir as emoções que dela se originam (...) (DAVYDOV, 1999a, p. 3)”.

As emoções estão baseadas em necessidades e as necessidades originam emoções. São as emoções que impulsionam as tarefas na atividade humana, inclusive a tarefa de pensar, o que segundo Davydov (1999a), coloca as emoções em grau de importância maior que o pensamento.

Ao analisar o pensamento verbal, Vygotski (2001, p. 342), explica que o pensamento nasce “da esfera motivacional de nossa consciência, que abarca nossas inclinações e nossas necessidades, nossos interesses e impulsos, nossos afetos e emoções. Por trás de cada pensamento existe uma tendência afetivo-volitiva”.

Nesse sentido, as emoções, como elementos culturais, precisam ser apropriadas e dominadas. Não se vê, por exemplo, um adolescente se jogando no chão de uma loja e esperneando para ganhar um determinado objeto de seu interesse. Pressupõe-se que ele se apropriou de certo domínio daquelas

emoções que envolvem o desejo de possuir o objeto e também se apropriou de novas formas de conduta para alcançar os mesmos objetivos, como: demonstrar mau-humor, se trancar no quarto ao chegar em casa, fazer todas as tarefas que lhe são propostas como condição para ganhar o objeto etc.

Davydov (1999a), defende que são as emoções que direcionam as tarefas, a partir da realidade objetiva. As tarefas são estabelecidas pelo próprio sujeito para atingir determinadas metas/objetivos em situações específicas e, portanto, são cumpridas por algumas ações especiais. Podem estar nos planos da percepção, da memória, do pensamento ou da imaginação na forma de processos cognitivos capazes de encontrar um caminho para a meta de um indivíduo.

A função geral das emoções é capacitar uma pessoa a pôr-se certas tarefas vitais, mas este é somente meio caminho andado. A coisa mais importante é que as emoções capacitam a pessoa a decidir, desde o início se, de fato, existem os meios físicos, espirituais e morais necessários para que ele consiga atingir seu objetivo. Se ele possui estes meios, a pessoa põe em funcionamento seu aparato analítico para analisar as condições de se conseguir atingir a meta. Se suas emoções dizem: “Não, os meios não estão disponíveis” a pessoa se recusa a realizar a tarefa (DAVYDOV, 1999a, p. 7).

As emoções aparecem como um dos pontos de discordância entre os autores. Para Leontiev (1978, p. 154) “a particularidade das emoções reside no fato de que refletem as relações entre os motivos (necessidades) e o êxito, ou a possibilidade exitosa, de realizar a ação do sujeito que responde a esses motivos”. Para ele, as emoções estão relacionadas a atividade, não as ações e operações. Elas aparecem na atividade como “resultado da atualização de um motivo (necessidade), e antes de uma avaliação racional por parte do sujeito a respeito de sua atividade”.

Para o autor (1978), os motivos são carregados também de emoções e estas fazem um papel de “sanção” positiva ou negativa. O autor ainda aborda que os resultados de uma ação podem ser contraditórios, pois mesmo tendo resultado positivo pode gerar emoções negativas e vice-versa. As emoções precisam ser compreendidas a partir de condições objetivas.

Na atividade animal, os fins da atividade são diretamente relacionados as emoções, já na atividade humana, em que os motivos não estão diretamente ligados aos fins, pois entre eles existem diversas ações e operações, a ligação direta com as emoções também não ocorre. Leontiev (1978), ainda destaca que a atividade humana pode possuir mais de um motivo. Alguns motivos são formadores de sentido pessoal, enquanto outros que coexistem com eles, chamados de “motivos-estímulos”, realizam estimulação (positiva ou negativa) e são, muitas vezes, emocionais e afetivos. Os motivos que em uma atividade são formadores de sentido pessoal, em outra podem ser motivos-estímulos, entretanto os formadores de sentido, sempre ocuparão uma posição hierarquicamente superior.

Leontiev (1978) coloca os motivos-estímulos, que são aqueles relacionados as emoções, em posição inferior na estrutura da atividade, diferente de Davydov (1999) que destaca o papel das emoções, colocando-as como instrumentos de análise da viabilidade ou não de uma tarefa.

Outra discordância está na ligação dos motivos com a atividade ou com as ações. Para Leontiev (1978, 2004), o motivo gerado a partir de uma necessidade está diretamente ligado a atividade, inclusive é o motivo que define se se trata de uma atividade ou de uma ação. Já para Davydov (1999a), motivos são consistentes com ações. Para uma melhor compreensão da discordância entre

ambos, segue um trecho do texto do autor na íntegra:

Em seus trabalhos, Leontiev afirma que as ações são conectadas às necessidades e motivos. Discordo desta tese. Ações, como formações integrais, podem ser conectadas somente com necessidades baseadas em desejos - e as ações ajudam na realização de certas tarefas a partir (stem) dos motivos. Por outro lado, os motivos são formas específicas de necessidades, no caso de uma pessoa que estabelece para si mesma uma tarefa e está realizando ações para realizá-las (cumprí-las). Dessa forma, motivos são consistentes com ações. Ações são baseadas em motivos e o agir é possível se estiverem disponíveis certos meios materiais ou signos e símbolos (DAVYDOV, 1999a, p. 4).

Pode-se inferir que para o autor supracitado, os motivos impulsionam ações para a realização de determinadas tarefas e não para realização da atividade como defende Leontiev (1978). Justamente devido valorização das emoções na estrutura da atividade, Davydov (1999) a inclui conectada a necessidade, elemento comum para ambos os autores.

Uma outra propriedade da atividade que ajuda na realização das tarefas em prol dos objetivos é a “vontade”. Ela “sempre está conectada a um plano para se conseguir atingir a meta desejada. O plano é formal no processo da realização de tarefas perceptuais, mnemônicas, pensadas, criativas ou outras tarefas (DAVYDOV, 1999a, p. 4)”. O autor ainda concorda com Galperin (s/d) quando afirma que a vontade é controlada pela atenção. Para Leontiev (1978) a vontade é considerada apenas uma das expressões da personalidade.

Davydov (1999a), destaca em vários pontos que a atividade é interdisciplinar, não psicológica como afirmava Leontiev e por isso, diz que a psicologia consegue estudar apenas alguns aspectos da atividade. O autor acrescenta que ainda é preciso aprofundar mais essas questões relacionadas a estrutura da atividade e que se dedica com maior intensidade a uma atividade específica, a de estudo.

Ao abordar a atividade de estudo, Davydov (1988, 1999b), apresenta como conceito de atividade a transformação criativa da realidade por ser derivada do conceito de trabalho. É necessário que haja, portanto, princípio criativo ou transformador. Quando o autor diz que os alunos precisam desenvolver suas capacidades criativas, está se referindo ao desenvolvimento da personalidade. Nesse sentido, a atividade de estudo vai influenciar diretamente na formação e desenvolvimento da personalidade dos indivíduos ao proporcionar condições de desenvolvimento do pensamento teórico.

O desenvolvimento do pensamento teórico, colocado como oposição ao pensamento empírico, se dá nos/pelos processos de instruções que priorizam a análise da origem e desenvolvimento do conceito estudado e que permitem a ascensão do abstrato ao concreto. Seria o que o autor chama, nas traduções em espanhol, de “ensino desarmador” e que seus seguidores brasileiros chamam de “ensino desenvolvimental”.

Na mesma direção, Leontiev (1978), defende que “para se apropriar dos objetos ou dos fenômenos que são o produto do desenvolvimento histórico, é necessário desenvolver em relação a eles uma atividade que reproduza, pela sua forma, os traços essenciais da atividade encarnada, acumulada no objeto”. Os autores apresentam diversas contribuições para a compreensão da atividade humana, Leontiev de forma mais geral e Davydov ao aprofundar a atividade de estudo.

3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS

O objetivo no presente trabalho foi discutir a estrutura da atividade humana a partir das contribuições de Leontiev (1978, 2004) e Davydov (1988, 1999a, 1999b). Para isso nos utilizamos de alguns de seus textos, o que dá a esse documento um caráter de pesquisa inicial. No entanto, diante dos estudos realizados, são possíveis algumas considerações que serão apresentadas a seguir.

A estrutura da atividade humana foi estudada com maior densidade por Leontiev e algumas discordâncias foram anunciadas por Davydov, dentre elas, o papel das emoções na atividade. Para o autor, desejos e necessidades são a base das emoções e essas impulsionam a atividade. Já para Leontiev, são os motivos que impulsionam a atividade e alguns motivos são formadores de sentido, por isso, possuem grau de importância maior. Outros são motivos-estímulos baseados em emoções e Leontiev os colocam em uma posição secundária.

Ambos tratam das emoções e as consideram na atividade humana, mas Davydov as considera com uma posição mais “importante” que Leontiev. Entretanto, cabe destacar que Davydov apenas anunciou as discordâncias em relação a estrutura da atividade de Leontiev e assinalou a necessidade de um aprofundamento desse estudo. O aprofundamento de Davydov foi sobre a atividade de estudo, sobre como ensinar visando a aprendizagem de conceitos e a promoção do desenvolvimento do pensamento teórico.

Acredita-se que as discordâncias encontradas não colocam os autores em posição de oposição, mas de complementaridade. Como os autores partem de uma mesma base de entendimento marxista e possuem uma visão dialética da realidade objetiva, as diferentes compreensões expostas não se contrapõem em sua raiz.

4. REFERÊNCIAS

DAVYDOV, V. V. **Uma nova abordagem para a interpretação da estrutura e do conteúdo da atividade**. Tradução de José Carlos Libâneo. In: HEDEGARD, Mariane; JENSEN, Uffe Juul. *Activity theory and social practice: culturalhistorical approaches*. Aarhus (Dinamarca): Aarhus University Press, 1999a.

_____. **O que é atividade de estudo?** Tradução de José Carlos Libâneo. Revista «Escola inicial» Nº 7, 1999b. Disponível em: <<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/5146/material/Davidov%20O%20que%20%C3%A9%20atividade%20de%20estudo.doc>>. Acesso em: 10/03/2018.

_____. **La enseñanza escolar y el desarrollo psíquico: Investigación psicológica, teórica y experimental**. Tradução de Marta Shuare. Moscou, Editorial Progreso, 1988.

LEONTIEV, A.N. **Actividad, Conciencia y Personalidad**. Buenos Aires: Ciências del Hombre, 1978.

_____. **Desenvolvimento do Psiquismo**. São Paulo: Moraes, 2004.

MARX, K. ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Tradução de Álvaro Pina, 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

VYGOTSKI, L. S. **Obras Escogidas**. Madrid, ES: Visor Distribuciones, 2001. (Tomo II).

O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DA VENEZUELA E SEUS IMPACTOS MIGRATÓRIOS NO BRASIL



ROGÉRIO DE NASCIMENTO CARVALHO

Unicaldas, USP.

crise migratória vivida por aquele país.

PALAVRAS-CHAVE: Migrações – Venezuela – Petróleo – Economia.

RESUMO: Este trabalho analisará o processo atual vivido pela Venezuela e como este impacta o fluxo migratório com o Brasil. Para esta exposição, examinaremos como a administração de recursos minerais em abundância pode levar a um país a crises de ordem financeira oriundo da “doença holandesa” e da fragilidade das instituições. Discorreremos acerca do “modus operandi” do governo venezuelano em apoiar-se em grupos para lhe garantir a manutenção do poder, bem como parcerias estratégicas com a China e a Rússia, o que pode acarretar complicações ao Brasil ao exercer sua liderança natural na região. Em seguida, narraremos a tentativa da Corte Penal Internacional em iniciar procedimentos tendo em vista a esclarecer eventuais violações ao Estatuto de Roma da qual a Venezuela é signatária. Contudo, em que pese a atualidade do tema, tal discussão se faz presente uma vez que conceitos são postos em cheque devido a inoperância de governos e organismos internacionais, o que gera complicações e agravamento da situação da população civil na Venezuela que, ao procurar abrigo nos países vizinhos, percebe que os mesmos se encontram preparados para recebê-los de maneira digna e ordeira, o que não ocorre no caso brasileiro. Conclui-se, portanto, que as condições atuais em que se encontra a Venezuela originam-se na má aplicação dos fundos vultosos da extração do petróleo, que leva a paralisia da economia como um todo e, para evitar o colapso, as autoridades se utilizam do uso da violência para com a população civil, o que ajuda a entender a atual

ABSTRACT: This paper will analyze the current process experienced by Venezuela and how it impacts the migratory flow with Brazil. For this presentation, we will examine how the administration of abundant mineral resources can lead a country to financial crises stemming from the “Dutch disease” and the fragility of institutions. We will talk about the “modus operandi” of the Venezuelan government to rely on groups to assure the maintenance of power, as well as strategic partnerships with China and Russia, which can complicate Brazil by exercising its natural leadership in the region. We will then describe the attempt by the International Criminal Court to initiate procedures to clarify possible violations of the Rome Statute to which Venezuela is a signatory. However, in spite of the current relevance of the topic, such discussion is present since concepts are put in check due to the inoperativeness of governments and international organisms, which causes complications and worsening of the situation of the civil population in Venezuela that, when seeking shelter in neighboring countries, they perceive that they are prepared to receive them in a dignified and orderly manner, which is not the case in the Brazilian case. It is concluded, therefore, that Venezuela’s current conditions stem from the misapplication of the large funds of oil extraction, which leads to paralysis of the economy as a whole and, to avoid collapse, the authorities use of the use of violence against the civilian population, which helps to understand

the current migratory crisis experienced by that country.

KEYWORDS: Migrations - Venezuela - Oil - Economy.

1. INTRODUÇÃO

A Venezuela vem sofrendo grandes transformações nas últimas décadas com o agravamento do empobrecimento da sociedade e enfraquecimento das instituições oriundas dos períodos dos governos Hugo Chávez (1999-2013) e de Nicolás Maduro (2013 - ao presente). Por ser uma economia tradicionalmente ligada à exportação de commodities, notoriamente produção de petróleo, a riqueza deste país depende diretamente da oscilação do preço nas principais bolsas do mundo capitalista globalizado.

Neste artigo, serão aprofundados tópicos acerca do caminho que leva a Venezuela a situação crítica que assola a América do Sul e, esse acirramento merece cuidado das autoridades brasileiras que precisam estar preparadas para enfrentar esta realidade. Nesse sentido, nossos objetivos são de demonstrar a evolução da derrocada venezuelana e o impacto negativo na questão migratória, causando desequilíbrios na região, bem como a visão de institutos de risco que apontam os caminhos nos quais a Venezuela deverá enfrentar e qual o papel dos países limítrofes.

No desenvolvimento, iniciamos com a apresentação estratégica do país como fornecedor de matérias-primas as potências desenvolvidas e de como a manipulação do preço impacta severamente à economia local. Com a derrocada do preço do petróleo observado nos últimos anos, adveio à debilidade econômica de um país que basicamente depende da exportação de commodities, que gera pobreza e fuga de pessoas, notadamente em idade laboral, sem perspectiva de emprego e com capacidade de construir a nação. O governo, de cunho autoritário e, conta com apoio logístico e militar de Rússia e China para garantir a manutenção no poder ao custo de crises econômicas e desmonte social.

Aponta-se, ainda, a iniciativa da Corte Internacional de Justiça em abrir expediente de análise preliminar que demonstra a necessidade da comunidade internacional em conhecer as razões internas e entender o cerne da questão e, assim, buscar envolvidos e puni-los da forma preconizada pelo direito internacional, vez que a Venezuela é signatária do Estatuto de Roma.

Estas questões acima levantadas tem o condão de compreendermos como os fatos impõem mudanças bruscas e destas mudanças analisamos as consequências sociais que vão trazer ao Brasil impacto no processo de migração venezuelana ao qual não se encontra preparado para garantir efetividade dos direitos humanos a pessoas que fogem de perseguição política, falta de perspectiva econômica ou mesmo das tensões sociais em que se encontra a Venezuela neste momento.

Encerra-se a presente discussão com a apresentação de considerações finais e uma crítica severa ao país que perdeu o controle social e se utiliza da violência como forma de controlar sua população. Na tríade tensões sociais, intempéries econômicas e violência a partir do governo que é incapaz de resolver os problemas do cotidiano estão boa parte da resposta que auxilia no entendimento da questão migratória venezuelana em território nacional.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Riquezas naturais e cobiças políticas

Para entendermos o caso da Venezuela é mister compreender a necessidade de aprender lições do passado como forma de evitar experiências desagradáveis. Dessume-se que o fluxo de migrações atual provém da própria conjuntura que os estados poderosos colocam afetando direta ou indiretamente a situação de estados periféricos e, assim, encontramos na leitura da exploração de riquezas, como o petróleo, por exemplo, que na Venezuela se encontra em grande abundância, até mesmo por ser membro da OPEP – Organização dos Países Produtores de Petróleo e, conseqüentemente por ser o único país das Américas a fazer parte deste seleto grupo, há cobiça por parte de outras nações em exercer influência na região.

O petróleo é combustível fóssil que se encontra presente em diversas atividades humanas e, por isso o preço impacta diretamente no mercado global, seja pelos transportes ou até mesmo no vestuário, é um bem atualmente valioso, mas com perspectivas futuras de ainda neste século ser substituído por outros componentes como o xisto, que deixaria países capitalistas do primeiro mundo com menos dependência deste mineral de países da OPEP da qual a Venezuela faz parte.

O pensamento comum, portanto, adverte para o uso destas riquezas sem planejamento, o que deriva questões problemáticas que levam a autoritarismo de um regime e, por consequência, produzem leva de migrações a demais nações, por isso observar o comportamento humano, principalmente às decisões políticas de dirigentes das nações é o vínculo para justificar tal situação que leva a ameaçar a vida e a integridade de seus nacionais.

“os países que são produtores de hidrocarbonetos estão, antes de tudo, preocupados com as condições de exploração de seus recursos e com os lucros que podem tirar deles quando da exportação. Mais petrolíferas do que energéticas, suas políticas visam, sobretudo, pesar na formação dos preços internacionais e a influenciar nos investimentos de exploração e de produção pela legislação e pelo sistema fiscal. As outras preocupações (garantia de abastecimento, proteção dos consumidores, preservação do meio ambiente) são inexistentes ou muito secundárias. Os preços nacionais dos derivados do petróleo, mas também os da eletricidade produzida a partir do *fuel-oil*, são quase sempre muito inferiores aos preços internacionais. Tais países não taxam nem mesmo a gasolina quando o automóvel, frequentemente, ainda é um produto de luxo” (MARTIN, 1992, p.91).

A questão estrutural da economia venezuelana é rentista, pois, em sendo a principal receita o petróleo e a exportação deixa o país no dilema entre períodos de bonança e escassez que, na interpretação de Cano (2003) parte do pressuposto na qual a repentina queda da entrada de capital impacta diretamente o gasto público e está na contramão da abundância e, por isso, depreende-se o feroz processo de corrosão social visto pela atual falta de alimentos e medicamentos que outrora eram importados e no presente momento sofrem restrições de entrada por falta de divisas que o país tem atualmente aliado a dois fatores: a baixa produção diária de petróleo e o preço em queda nas praças internacionais.

Conhecido como “doença holandesa”¹, países que como a Venezuela baseia-se fortemente na exportação de um produto mineral de alto valor, faz com que o país mitigue a industrialização por concentrar grandes reservas e ter venda certa na exportação, pois é mais barato adquirir produtos importados à produzir em seu próprio território.

Gombata (2017) ressalta que o rentismo sempre contou a anuência de governos anteriores ao chavismo e, a decisão de não abandonar este sistema é explicada pelos custos de implementar um parque industrial que sustentaria a economia do país, deixando-a menos vulnerável ao sabor do mercado internacional, quando a facilidade de importar se impõe diante das condições favoráveis da balança comercial.

Porém, há de se fazer um contraponto com outra nação que possui esta mesma dependência, mas que conseguiu implementar uma política de Estado consistente para escapar dos efeitos da escassez quando da volatilidade dos preços de commodities; trata-se da Noruega que ao instituir o fundo soberano visando a proteção da economia e da população visa proteger e blindar conquistas sem distúrbios sociais.

Dentro desta seara, cabe ainda refletirmos sobre outros aspectos que envolvem os fluxos migratórios e suas consequências econômicas. O indivíduo, em busca de sua sobrevivência procura se fixar em áreas que possa obter elementos para sua subsistência e, com a evolução dos tempos, através dos comércios, troca seu excedente pela política do escambo e atinge seu ápice capitalista ao querer intervir nas decisões de outros países para controlar sua produção e precificar conforme seus interesses, controlando e regendo o espaço econômico e perpetrando a colonização econômica dos países possuidores de riqueza através de índices globais de investimentos exarados nas principais praças financeiras especulativas, representadas por bolsas de valores, seja estas sediadas em Londres, Nova Iorque, Xangai ou Tóquio.

Mesmo com o choque nos preços do petróleo nos anos 70 do século passado, a cobiça pelo petróleo continuou presente, o que levou países a pagarem mais pelo acesso a este mineral. No Brasil, à guisa de exemplo, para ficar menos dependente da volatilidade do preço do petróleo, desenvolve-se através do Programa Proálcool um novo componente energético capaz de mover a frota nacional e, assim, estar menos vulnerável ao preço no mercado internacional.

Este aumento de preços permitiu a países como a Venezuela, segundo Gombata (2017) poder desfrutar de maiores divisas, o que não necessariamente se traduziu em políticas consistentes de industrialização interna e dinamização de sua economia, que permaneceu arraigada a exportação de único bem e importando quase a totalidade de seu consumo interno. Neste ínterim, Furtado (2014)² já asseverava que no presente caso o perigo iminente de possuir recursos em abundância sem promover o

1 Termo cunhado pela revista “The Economist” nos anos 70 ao se referir as dificuldades da economia holandesa que, ao encontrar reservas de gás no Mar do Norte assiste a valorização de sua moeda, o florim em detrimento da diminuição de setores que não estejam ligadas àquela cadeia mineral. No caso da Venezuela, a afirmação se mostra consistente pois os principais sintomas ocorreram e as medidas para combater este imobilismo foram infrutíferas como a instituição do “el fondo de inversiones”, cuja corrupção política interna desarticulou o programa, vitimando o país a situação atual (THE ECONOMIST, 2005).

2 Em especial referiremos a dois escritos que compõem a obra que são: “A Venezuela no boom do petróleo” e “Notas sobre a economia venezuelana”.

desenvolvimento no momento adequado iria sedimentar o subdesenvolvimento e, em algum momento crises poderiam aparecer e, por consequência, como efeito dominó atingiram fortemente a sociedade civil e isto nos auxilia na explanação da atual crise migratória que devido a falta de oportunidades, milhares de pessoas abandonam o país em busca de melhores condições.

O grande problema ao analisarmos o caso venezuelano diz respeito ao severo problema econômico enfrentado por aquele país, que gera desabastecimento e, precisa ser olhado dentro da conjuntura de crise que vive a Venezuela. A fuga de nacionais daquele país também atinge Colômbia e Trinidad e Tobago com maior impacto que no Brasil.

O Brasil, por sua vez, se mostra reticente e tímido na tomada de decisões para receber estas pessoas que fogem da Venezuela em busca de um recomeço em suas vidas ou até mesmo a mudança de regime para retorno a sua terra natal (SCORCE, 2018). Camuflado de auxílio migratório, o governo brasileiro tem se posicionado de maneira mais ríspida em relação a esta questão. Ao deslocar os titulares das pastas da Defesa, Raul Jungmann e correspondentes das forças armadas depreende-se a real intenção de Brasília em securitizar o trânsito migratório na região, vez que a dimensão física da entrada de venezuelanos se encontra fortemente concentrada no Estado de Roraima (COSTA, 2018).

Atualmente, a presença de venezuelanos em Roraima mostra o quanto o Brasil se encontra despreparado para enfrentar este problema (SCORCE, 2018), pois os vizinhos que aqui tentam buscar auxílio que lhes é negado em seu país na verdade sobrecarrega os serviços públicos, já escassos para a população local, bem como as autoridades se veem incapazes de proporcionar tratamento digno e respeitoso para os venezuelanos.

O governo federal está consciente da gravidade da questão migratória na região de fronteira conforme se deduz na resolução 01/2018 do Conselho Nacional de Direitos Humanos (BRASIL, 2018), na qual atesta o movimento migratório crescente em Roraima e requer das autoridades competentes medidas para mitigar a situação precária dos venezuelanos uma vez que o Conselho constatou a falta de coordenação dos 3(três) níveis governamentais e seu respeito aos Direitos Humanos.

2.2 Riscos e consequências do problema venezuelano dentro da América Latina

O maior risco que atualmente representa a Venezuela na manutenção do governo de Nicolás Maduro e de seus apoiadores é o da transformação para um país falido e operacionalizado pelo narcotráfico, pois as fronteiras terrestres são abertas e possui fronteira marítima com os países do Caribe, tornando-o assim porto de exportação de narcóticos. Contudo, o perigo deste regime está no ressurgimento do autoritarismo na Venezuela e seu endurecimento interno pode corroborar com criação e expansão de grupos armados nos vizinhos, inclusive no Brasil.

Um dos pilares de sustentação deste regime está a China que mantém relações comerciais com a Venezuela desde os anos 80 do século passado (CERVO, 2007), vez que houve diminuição do

interesse norte-americano no país e Pequim buscou ocupar espaços, portanto, auxilia economicamente para não ruir o país que depende de importações para suas necessidades diárias, vez que sua indústria é quase inexistente para a demanda de seu povo.

“O sistema econômico chinês afeta não apenas o Mercosul, mas também toda a América do Sul de forma profunda. A China tem, por um lado, uma extraordinária demanda por produtos agrícolas, minérios e energia – três tipos de produtos que a América do Sul (e o Mercosul, em particular) produzem e tem capacidade de produzir ainda muito mais. Por outro lado, a China é também uma extraordinária exportadora de produtos manufaturados de baixo custo. Por isso, impacta os mercados internos dos países, as estruturas que existem e as que poderiam existir em circunstâncias mais propícias” (GUIMARÃES, 2012,p. 93/4).

Portanto, este é um problema que mostra o quanto pode estar vulnerável a política externa brasileira, pois o Brasil não consegue barrar à China e a Rússia ao apoio dado a Caracas fere os interesses nacionais. Estes países compram petróleo venezuelano, notadamente a China, que precisa de energia para sustentar seu crescimento econômico. Aí se localiza a dificuldade do Brasil em tomar decisão, pois se mostra cambaleante em relação à situação política daquele país e qualquer decisão contrária ao governo Maduro irá contrariar interesses do empresariado e de setores ligados ao Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC).

A China, neste ensejo, vê o Brasil como ator importante dentro de seu processo de desenvolvimento interno por ser seu celeiro econômico e proporcionar àquela população o regular consome de proteína, o que explica de certa maneira a pujança econômica da região Centro-Oeste, interior de São Paulo e Paraná, de onde sai os insumos agrícolas e a os animais cujo destino é o país asiático.

A pior saída seria a implosão do país, pois a partir deste ponto estaríamos diante de uma crise sem precedentes. Ao entendermos os fatores que desencadeiam o processo decisório de governos, neste caso o da Venezuela, encontramos a resposta do porquê da preocupação de governos como o do Brasil em acolher a encaminhar pessoas que buscam deste lado à fronteira à proteção que inexiste em sua terra natal.

Sinalizada a instabilidade do país vizinho, que se utiliza da lógica da sobrevivência política como requisito mínimo de permanência no poder, concedendo bens de natureza particular a sua coalização em detrimento de milhões de pessoas que sofrem e pagam pelo custo desta transação.

Enquanto o regime prover esta categoria de bens a estas pessoas, dificilmente perderá o controle de poder, pois são estas que chancelam e dão condições de manutenção do exercício do poder, por isso Foucault (2004) estuda o poder na sua composição (rede de apoio) e como isso influência a sobrevivência do mesmo durante o tempo de exercício do poder. Em regimes autoritários, o oferecimento de bens exclusivos ou particularistas que visam auferir ganhos econômicos privados ou mesmo serviços de patronagem é comum e, quando o regime encontra-se fortalecido com sua coalização, dificilmente perderá o poder.

Evidentemente, a Venezuela atualmente não possui condições internas de governabilidade,

pois vive intervenções constantes no uso de autoridade e que não preconiza instituições sólidas como moeda, mercado e meios de comunicação e tem como óbice o funcionamento ideal de um sistema jurídico que a preserve.

Portanto, a centralização é contra os ditames da democracia e estabelece violações constantes de direitos humanos, o que atrapalha o auxílio às pessoas que são contra o regime que ainda residem na Venezuela e dificultam o retorno destes a sua vida normal, bem como a sociedade e, que causará impacto pelos próximos decênios.

Temos que deixar de descrever sempre os efeitos do poder em termos negativos: 'ele exclui', ele 'reprime' ele 'recalca', ele 'censura', ele 'abstrai', ele 'mascara', ele 'esconde'. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. (FOUCAULT, 2002, p. 161)

Consultorias internacionais alertam que o risco da Venezuela neste ano não está elencada dentre os principais atores, mas concerne especial destaque. Top Risks 2018 (2018) ressalta que a Venezuela apesar da hiperinflação, que corroi a moeda nacional aliada à escassez de produtos tem em seu presidente apoio militar confortável e de controle das instituições locais, praticamente sem oposição, as eleições deste ano deverão ser pautadas pelo governo que provavelmente manterá o poder, agravando seu isolamento a nível internacional. Havendo mais distúrbios sociais, os militares fieis ao governo poderão exigir a transição do regime, que de maneira negociada permitiria a saída de Maduro, a instalação de um regime de transição e a salvaguarda dos militares aliados ao governo.

Aos argumentos do grupo Eurasia ao qual pertence à obra Top Risks 2018 deduzimos que a situação política da Venezuela dificilmente terá alguma modificação, o que gera maiores expectativas em relação à tomada de decisões por parte de governos vizinhos, pois é cediço que esta situação alavancou a pobreza da sociedade nos últimos e mitigou a fuga de seus nacionais e, portanto, explicitar esta questão é fator relevante para entendermos quais grupos sociais estão mais suscetíveis e desabrigados e que necessitam de auxílio e apoio ao adentrarem território nacional.

Denota-se, portanto, que a Venezuela vive atualmente um processo de retrocesso no que tange a igualdade, pois permitiu a captura do Estado por uma coalizão que permitiu o empobrecimento do país e a volta do populismo de cunho ideológico que se esconde do Estado de Direito e paulatinamente vai suprimindo-o de forma de permitir massacres, torturas e corrompendo a independência judicial, portanto, não existindo a garantia de um processo sem vícios, o que causa a percepção de insegurança na população que é contrária ao regime e, portanto, esta se utiliza do instrumento das migrações para poder sobreviver fora de seu lar natal, cuja explicação segundo Faria (2015) foge de seu país com vistas a obter melhora de sua condição econômica, uma vez que o estado em que vivem encontra-se enclacado com fragilidade e subveniência das instituições ao governo que opera com perseguições de cunho político.

O problema da Venezuela não é muito diferente de demais países da América Latina que se veem diante de óbices no sentido coletivo de construção de nações dentro de um espaço geográfico, seja pela falta de educação ou até mesmo de consciência individual e coletiva, que impede a

construção e fixação do Estado de Direito, por exemplo, com alternância e de observância aos limites de atuação do poder, vez que segundo Alves (2013), os estados devem preconizar proteger e promover indistintamente os direitos para todos, sem interferência do mercado ou mesmo da ânsia ideológica do governante pelo poder.

A cidadania, portanto, não segue completa, criando fissuras na democracia, seja pela fragilidade da representação política (viciada pelo governante autoritário) ou ainda, pela submissão da política a países que possam manter o regime e assim assiste-se, por exemplo, o efeito da China que primariza a economia da região, causando aumento do setor primário e diminuição do setor industrial, adotando o sistema de vassalagem na América Latina e, em especial, na Venezuela.

O Brasil precisa da Venezuela politicamente estável, pois com isso ganhos haverá para o Estado de Roraima que atualmente depende do fornecimento de energia daquele país e poderão comerciar com maior vigor insumos agrícolas importantes para o país vizinho, bem como servir oportunidades as empresas brasileiras em empreendimentos venezuelanos (CERVO, 2007).

Conforme Fassin (2016) os laços que atualmente podem ser verificados na fronteira beiram a humanização e a segurança, bem como a dicotomia da compaixão e da repressão, o que pode ser entendido na ambiguidade da palavra hospitalidade por parte dos brasileiros, pois ao verem os migrantes como inimigos, inclinam-se a se posicionar pela expulsão dos mesmos do território nacional e neste sentido o perigo é de se alinhar com a retórica imigratória europeia, de não recebimento de migrantes, ou ainda, no selecionamento de quais migrantes possam ser bem-vindos, notadamente os homens, em idade laboral e de conhecimento para poder trabalhar no Brasil.

2.3 O regime venezuelano na mira da Corte Penal Internacional

O regime venezuelano está prestes a ser instigado pela Corte Penal Internacional. Consubstanciado pelo Estatuto de Roma que fora assinado pela República Bolivariana de Venezuela em 07 de junho de 2000 e ratificado em 01 de julho de 2012³ e, que concede a Corte Penal Internacional a exercer jurisdição no intuito de esclarecer situações de abuso do Estado venezuelano a partir dos protestos de abril de 2017 com uso de força excessiva por parte das autoridades, envolvendo desaparecimentos forçados, mortes e tratamentos não condizentes com a dignidade humana – ferindo, portanto, princípios básicos de direitos humanos.

Para Cançado Trindade (2015) o papel desta Corte tem o viés fundamental de responsabilizar indivíduos que, com o uso do poder, cometem violações graves aos direitos humanos. As consequências jurídicas precisam ser analisadas para evitar o mal maior da impunidade que instiga a autoridade estatal a se submeter a uma corte da qual não possa ter controle indireto da indicação política para assim garantir uma decisão equânime e justa.

A análise preliminar, de competência da Corte Penal Internacional foi aberta em 07 de fevereiro

3 La CPI tendría competencia sobre los crímenes de genocidio y lesa humanidad y crímenes de guerra si fueran cometidos en los respectivos territorios de Filipinas y de Venezuela o por sus respectivos nacionales a partir de la fecha en que el Estatuto entró en vigor en cada Estado; a saber, a partir del 1o noviembre de 2011 en Filipinas, y a partir del 1o de Julio de 2002 en Venezuela. (INTERNATIONAL CRIMINAL COURT, 2018).

de 2018 e pretende nas palavras da promotora-chefe, Fatou Bensonda, exercer com imparcialidade a tomada de informações, contando com a cooperação das autoridades locais que poderá, caso haja indicações claras de violação aos direitos humanos proceder com a abertura de uma investigação, segundo os preceitos do Estatuto de Roma, ao qual a Venezuela é signatária.

Com base em análise do *Documento de política general sobre exámenes preliminares*, de 2013 (INTERNATIONAL CRIMINAL COURT, 2013) na qual concede poderes ao procurador-geral da corte em dirimir se a comunicação outrora efetuada está adstrita à competência da Corte, pois caso contrário haverá a declinação de possível investigação.

Digno de nota que nesta fase preliminar o procurador não procede à investigação propriamente dita, mas apenas trabalha com as informações que poderá coletar em foco, no país a ser investigado e, desta forma, propor a abertura de processo de investigação, sem prazo definido para elaborar este exame preliminar.

Utilizando-se de princípios consignados de Transparência, Prevenção e Combate a Impunidade o momento que agora se faz presente diz respeito a alertar aos Estados-Partes que são estes os competentes para conhecer, processar e julgar suas demandas internas, sendo a Corte apenas um órgão complementar e suas ações são publicadas ante a Assembleia Geral das Nações Unidas, para que os demais países possam ter conhecimento do trabalho da Corte.

O trabalho da Corte precisa encontrar apoio em seus correspondentes nacionais para trabalharem em conjunto e não de maneira isolada e, se caso verificar o abuso do Estado para com seus nacionais, poderá haver comunicações formais públicas com intuito de dissuadir a perpetração da violência, advertindo-o de conduta não idônea e passível de investigação ante a Corte, até mesmo para prevenir a gravidade e aparecimento de outros delitos (INTERNATIONAL CRIMINAL COURT, 2013).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em pleno século XXI é nítido o confronto a velhos dramas que ainda mancham uma realidade que contrapõe as relações sociais com os direitos humanos de seu próximo. Entre eles destacamos a questão migratória, objeto de estudo deste artigo, de venezuelanos que deixam seu país fugido da perseguição política e da crise econômica que atualmente assola a Venezuela.

Não podemos admitir que a sociedade continuasse a assistir na escória da ignorância, sem exigir medidas imediatas de atuação firme do Estado Brasileiro que não quer enxergar por conveniência a outras nações este problema de cunho humanitário. Permitir a falência paulatina de nosso vizinho apenas trará consequências danosas aos moradores da fronteira Norte, em especial Roraima que se vê isolado do restante do país pela distância dos grandes centros consumidores e, também dependente muitas vezes da energia do país vizinho.

Igualmente, não detectamos que, isoladamente, as atitudes brasileiras contribuem, de certa maneira, para o alastramento desse problema. O simples fato das autoridades brasileiras securitizarem o problema já mostra o interesse ou não na resolução desta questão; devemos, portanto, reorientar

nosso pensamento e entender como a Venezuela caminhou para chegar a esta situação de depreciação social e econômica. No presente artigo citamos o modo de operação do governo venezuelano, que atrelado ao preço das commodities, notadamente o petróleo fez com que a derrocada fosse imperiosa e, para não deixar o poder e consequentemente enfrentar os meios legais, alia-se aos militares e, com isso, utiliza-se da repressão, que obriga milhares de pessoas a abandonar o país gerando a questão migratória que pode alçar maiores consequências como, por exemplo, guerra civil e se alastrar para os demais países da América Latina, inclusive o Brasil.

Hodiernamente, outros organismos vêm enxergando a questão venezuelana de outra forma. A Corte Penal Internacional já iniciou procedimentos de análise preliminar que poderá levar em um futuro próximo a investigações e, assim, trazer a sociedade mundial à visibilidade que se faz necessária para o deslinde desta problemática.

Urge, portanto, estarmos atentos à percepção, por exemplo, de relatos da violência ocorrida nas ruas das cidades venezuelanas e procurar entender que esta questão não ocorre em um país pobre, pois senão vejamos, a Venezuela apenas com a exportação de sua principal riqueza conseguia importar quase tudo o que necessita, o que resulta na má administração no planejamento da distribuição de recursos. Então poderíamos nos perguntar, se um país não é pobre porque não consegue distribuir renda a sua gente? Por que a convivência com padrões depreciativos causados pelas tensões sociais?

Conforme percebemos a ausência de direitos das gentes dentre as distantes esferas de poder, aliado com uma interpretação errônea do papel que os governantes da Venezuela exercem auxiliam no entendimento da questão migratória que aflige seus vizinhos, a exclusão econômica que faz com que famílias se dividam, sonhos se partam e novas realidades se constroem é a tríade perfeita para trazermos a baila à vida de venezuelanos que fogem em busca de poder exarar sua voz e disseminar um recomeço em terras estranhas ou aguardar o momento de retornar a seu país de origem, mas não sem o cumprimento de direitos humanos básicos que o Brasil deve prover sem distinção de qualquer nacionalidade e agir com prudência e rapidez.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Augusto Lindgren. **Os direitos humanos na pós-modernidade**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Direitos Humanos. **RECOMENDAÇÃO Nº 01, DE 31 DE JANEIRO DE 2018**. Disponível em: < http://www.mdh.gov.br/sobre/participacao-social/cndh/recomendacoes-1/Recomendao1fluxomigratriovenezuelanosnoBrasil_final.pdf>. Acesso em: 18 mar 2019.

CANÇADO TRINDADE. Antônio Augusto. **Os Tribunais Internacionais e a realização da Justiça**. Rio de Janeiro: Renovar, 2015.

CANO, Wilson. Venezuela: limites para uma nova política econômica. In: **Venezuela: visões brasileiras**. Guimarães, Samuel Pinheiro e Cardim, Carlos Henrique (org). Brasília: IPRI, 2003.

CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. 2ª. ed., rev e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2007.

COSTA, Emily. **Temer anuncia força-tarefa para cuidar do fluxo migratório de venezuelanos em Roraima**. Disponível em: < <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/temer-anuncia-forca-tarefa-para-cuidar-do-fluxo-migratorio-de-venezuelanos-em-roraima.ghtml>>. Acesso em: 21 fev 2018.

FARIA, Maria Rita Fontes. **Migrações internacionais no plano multilateral: reflexões para a política externa**. Brasília: FUNAG, 2015.

FASSIN, Didier. **La razon humanitaria: una historia moral del tiempo presente**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo libros, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

_____. **Vigiar e punir: História da violência nas prisões**. São Paulo: Ática, 2002.

FURTADO, Celso. **Obra autobiográfica**. São Paulo: Companhia das letras, 2014.

GOMBATA, Marsílea. Chavismo nunca superou modelo rentista do petróleo. Valor Econômico. 29/08/2017. Disponível em: <https://www.valor.com.br/internacional/5098394/chavismo-nunca-superou-modelo-rentista-do-petroleo>. Acesso em: 19 abr 2019.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. A perspectiva brasileira da integração sul-americana. In: **A América do Sul e a integração regional**. Brasília: FUNAG, 2012.

INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. **Documento de política general sobre exámenes preliminares**. Noviembre de 2013. Disponível em: <<http://www.legal-tools.org/doc/0547ff/>>. Acesso em: 02 fev 2019.

_____. **Declaración de la Fiscal de la Corte Penal Internacional, Sra. Fatou Bensouda, sobre la apertura de exámenes preliminares en Filipinas y Venezuela** Disponível em: <<https://www.icc-cpi.int/Pages/item.aspx?name=180208-otp-stat&ln=Spanish>>. Acesso em: 12 mar 2019.

MARTIN, Jean-Marie. **A economia mundial de energia**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

RUSSELL, Bertrand. A política do Ócio. In: **A Economia do Ócio**. Rio de Janeiro, Sextante, 2001.

SCORCE, Carol. **Roraima, o epicentro da crise humanitária dos imigrantes venezuelanos**. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/roraima-o-epicentro-da-crise-humanitaria-dos-imigrantes-venezuelanos>>. Acesso em: 14 mar 2019.

THE ECONOMIST. The curse of oil. **The paradox of plenty**. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/5323394>>. Acesso em: 23 mar 2019.

TOP RISKS 2018. Eurasia Group 20 years. London: Eurasia Group. 2 janeiro.

O TRABALHO DE CAMPO E A ETNOGRAFIA: BREVES CONSIDERAÇÕES DO EVOLUCIONISMO AO ESTRUTURALISMO



LEONNE BRUNO DOMINGUES ALVES

IFPA¹

**BÁRBARA EVELYN BRABO PINA DE
CARVALHO²**

CÁSSIO FURTADO LIMA

IFPA³

FRANCISCO ROBSON ALVES DA SILVA

IFPA⁴

VIVIANE RIEDNER

IFPA⁵

RESUMO: O presente texto se trata de uma abordagem descritiva e introdutória de conceitos dentro da disciplina antropologia no que tange ao trabalho de campo e suas vicissitudes. Apresentado de maneira breve as concepções sobre o trabalho de campo do antropólogo, do evolucionismo do século XIX até o estruturalismo em meados do século XX.

ABSTRACT: The present text is about a de-

scriptive and introductory approach of concepts within the discipline anthropology with regard to field work and its variations. Briefly presented the conceptions about the fieldwork of the anthropologist, from the evolutionism of the nineteenth century to the structuralism in the middle of the twentieth century.

1. INTRODUÇÃO

O texto ora desenvolvido se trata de uma abordagem descritiva e introdutória com a finalidade de apresentar ao leitor, estudante de ciências humanas ou não, de maneira breve e sucinta, os percursos do trabalho de campo dentro da disciplina Antropologia, no seu modo mais consagrado de abordar, observar e analisar as diversas culturas humanas, que é a etnografia. A etnografia não é um método, como bem já o abordou, brilhantemente, Peirano (1995), ela é o resultado a aproximação do antropólogo com seu objeto, ou seja, uma materialização do trabalho empírico.

1 Professor EBTT de sociologia no Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Pará (IFPA). Mestre em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA)

2 Professora de Sociologia, graduada em Ciências Sociais com ênfase em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará (UFPA)

3 Professor EBTT de Engenharia Florestal no Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Pará (IFPA). Mestre em Ciência Florestal pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

4 Professor EBTT de Matemática no Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Pará (IFPA). Mestre em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

5 Professora EBTT de Língua Espanhola no Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Pará (IFPA). Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UEOPR)

Os termos trabalho **de campo** e **etnografia** ou **etnógrafo**, hoje tão consagrados no vocabulário da antropologia social e cultural, nem sempre corresponderam ao atual sentido. Hoje podemos dizer que esses termos foram ‘mitificados’ na figura de Malinowski como etnógrafo, no longo período em que ficou nas ilhas Trobriands como trabalho de campo e em Argonautas do pacífico ocidental como etnografia.

Entretanto, tais termos mudaram de sentido, como já falamos acima, porque, também, se mudou o paradigma teórico sob os quais se assentavam. Como não existe ciência sem história, conforme a o cenário histórico da antropologia se transformava, esses termos também eram reinventados; evolucionismo, difusionismo, culturalismo, funcionalismo, estruturalismo são alguns desses paradigmas teóricos por onde a antropologia passou, transformando o trabalho de campo e o etnógrafo.

É um truísmo que o (*fieldwork*) trabalho de campo é o deslocamento do pesquisador até o *locus* de pesquisa geograficamente situado. Senso comum, também, é dizer que o evolucionismo e o difusionismo não realizaram pesquisa de campo. Contudo, em maior ou menor proporção o trabalho campo esteve presente nessas correntes.

2. BREVE HISTÓRIA DO TRABALHO DE CAMPO NA ANTROPOLOGIA

Na busca por uma objetividade científica para consolidar a antropologia como ciência moderna que deveria estudar o homem, os evolucionistas usaram o método comparativo, e se debruçaram sobre relatos de viajantes e outros documentos além de dados da arqueologia e da paleontologia para buscar uma teoria do humano. Assim era possível compreender a humanidade e descobrir os estágios do seu desenvolvimento e a sua essência. Olhando mais de perto a amplitude do cenário evolucionista é possível perceber Lewis Morgam, antropólogo americano, realizando viagens até os Iroqueses para coletar dados. É verdade que a coleta de dados de Morgam no trabalho de campo resumia-se em sentar na varanda do hotel em que se hospedava, enquanto seu amigo Parker, índio Sêneca, trazia os nativos das aldeias próximas para serem entrevistados (CASTRO, 2005). Não muito diferente era o trabalho de campo que os difusionistas, como Rivers, também realizaram.

Esta é a icônica imagem do pesquisador sentado na varanda esperando os dados etnográficos chegarem até ele, junto com um interprete, e se desvelarem, que marca o período de consolidação da antropologia, conhecido como “antropologia de varanda”. Assim era o trabalho de campo, sentar-se a varanda e entrevistar nativos pré-dispostos a falar, e nisso consistia o trabalho do etnólogo, quem coletava esses dados e objetos materiais como prova de determinado estágio daquela cultura.

O difusionismo, segundo autores como Luiz Gonzaga de Mello (1987), é também conhecido como historicismo. O historicismo foi um movimento intelectual do século XIX, que ocorreu principalmente na Alemanha e no leste Europeu como resistência as teorias e concepções de mundo universalistas que o ocidente desenvolvera. Autores como Kafka, na literatura, e Weber na Sociologia foram influenciados por esse movimento intelectual. Diversas correntes historicistas saíram desse movimento historicista.

O difusionismo como corrente histórica busca uma explicação na história para as semelhanças entre as diferentes culturas encontradas. Dessa forma a “palavra historicismo denota uma teoria segundo a qual a essência da sociedade e da cultura consiste no seu caráter dinâmico e de desenvolvimento” (Wener, Stark. Apud. Mello, Luiz. 1987, p. 233). A versão desse difusionismo na América vai se dá com Franz Boas. Boas, Alemão, teve formação em geografia e física, em contato com o Ramo de ouro de Frazer converteu-se a antropologia, e foi para a América dedicar-se aos estudos etnológicos.

Opondo-se ao universalismo do evolucionismo Frazer, Franz Boas irá criticar o método comparativo da antropologia evolucionista. Ao mesmo tempo em que faz a crítica, Boas estabelece uma nova perspectiva sobre a qual observar a natureza humana. Para Boas, a cultura é tão complexa que um estudo histórico completo e universal seria impossível, entretanto, deveria o etnólogo coletar tantos dados quanto possível. O que Boas faz é dar mais ênfase aos dados primários. Dar ênfase aos dados primários é uma mudança de veras importante, pois, pressupõe que o etnólogo deverá, ele mesmo, ir até sociedade estudada e coletar os dados de que necessita. A antropologia agora saíra da varanda!

Ter priorizado a coleta de dados primários permitiu a Boas criticar o método comparativo do evolucionismo e chamar a atenção para primeiramente verificar a comparabilidade do material coletado. É dessa forma que com Franz Boas o trabalho de campo ganha uma nova conotação. Agora, o trabalho de campo e do etnólogo são orientado pela concepção historicista onde:

“O estudo detalhado de costumes em sua relação com acultura total da tribo que os pratica, em conexão com uma investigação de sua distribuição geográfica entre tribos vizinhas, propicia-nos quase sempre um meio de determinar com considerável precisão as causas históricas que levaram à formação dos costumes em questão e os processos psicológicos que atuaram em seu desenvolvimento”. (BOAS, 2004, p. 33).

Trabalho de campo significa, agora, estar entre os nativos da sociedade estudadas, aprender sua língua, e dessa forma eliminar o informante como intermediário. É possível verificar isso no caráter pessoal de textos como **Um ano entre os esquimós**: “Minha narrativa estará centrada na vida diária dos habitantes dessas costas cercadas de gelo, os esquimós” Boas, 2004: 69). Pela narrativa de Boas é possível verificar sua permanência com os esquimós a partir da construção do texto em primeira pessoa, além de que o relato nos apresenta os aspectos que interessam ao etnólogo, não a sua aventura em uma sociedade diferente, mas os costumes.

O trabalho de campo para Boas e sua concepção histórica da antropologia não pressupunha um abandono do universal, mas era preciso primeiramente realizar numerosos estudos em pequenas comunidades levantando o máximo de dados para que futuramente realiza-se um estudo mais amplo – Lévi-Strauss, anos depois vai reviver os dados de Boas e criar uma teoria geral dos mitos na famosa *Mitológicas*. A dedicação aos estudos descritivos que Boas e seus seguidores se debruçaram levaram alguns, segundo Luiz Gonzaga de Mello, a criticar esse caráter descritivo que transformou a etnologia em etnografia (Mello, L, 1987, p. 234).

O trabalho e campo que a escola antropológica de Boas desenvolveu levou a percepção de

um caráter psicológico dos costumes nas sociedades estudadas. Entretanto, Ruth Benedict e Margaret Mead, foram quem mais investigaram questões psicológicas relativas aos costumes culturais em suas etnografias. Franz Boas no prefácio de *Padrões de Cultura* de Ruth Benedict escreve que “O interesse nesses problemas sociopsicológicos não é de modo algum oposto à abordagem histórica” (BENEDICT, R, 2013, p. 13)

É interessante perceber como a noção de trabalho de campo do etnólogo e o objetivo seus objetivos mudaram dos evolucionistas até as primeiras décadas do século XX. Da figura do antropólogo na varanda à do antropólogo que domina a língua da sociedade estudada e convive com eles para coletar os dados em primeira mão. De determinar os aspectos evolutivos da humanidade ao estudo histórico dessas sociedades. Boas deu ênfase no trabalho de campo em coletar os dados sobre a organização social, os mitos, até então indecifráveis pela antropologia, a religião etc. Ruth Benedict priorizou os aspectos sociopsicológicos desses fenômenos.

Basicamente os estudos etnográficos de Benedict tem interesse nas diferentes concepções que cada povo é capaz de produzir de seus próprios costumes, isto é evidente quando ela relata ser impossível aos esquimós compreender a guerra. Ou quando ela classifica as sociedades estudadas em apolíneas ou dionisíacas.

Criticando os historicistas, os funcionalistas defendiam que a compreensão da cultura não dependia de um estudo histórico, um levantamento exaustivo das origens histórica de uma sociedade não altera a compreensão desta. O trabalho de campo e a etnografia no funcionalismo se assentarão no caráter sincrônico.

Saiamos da América e voltemos para o velho mundo. Na Inglaterra, no final do século XIX temos a primeira grande expedição antropológica realizada, a Expedição de Cambridge da qual fizeamparte Handon, Rivers e Seligman. Rivers também visita os Todda em 1901 e Seligman faz um levantamento na Melanésia em 1904. Esse cenário de trabalhos de campo que se iniciam na Inglaterra (contemporaneamente ao trabalho de Boas na América) será revolucionado por Malinowski (Durhan, 2004) (Kuper, A. 1978:16).

O trabalho de campo de Malinowski terá início em 1914. Primeiramente vai aos Mailu, com a entrada da Inglaterra na Primeira Guerra, Malinowski não pode retornar e iniciou nova pesquisa, desta vez entre os Trobriands. Toda essa condição impar na qual Malinowski contra vontade se encontra repercutirá diretamente em seu trabalho, e conseqüentemente na concepção de trabalho de campo e de etnografia.

Efetivamente, entre os “selvagens”, Malinowski esteve entre junho de 1915 e maio de 1916 e depois de outubro de 1917 a outubro de 1918. No restante do tempo Malinowski ficava na Austrália e se debruçava sobre os dados coletados. O impacto desse longo trabalho de campo será sentido pelo mundo antropológico com a publicação de *Argonautas do Pacífico Ocidental*. Malinowski, por força da história, revolucionou o trabalho de campo. É com ele que o trabalho de campo deixa de ser visto apenas como incursões a sociedades “primitivas” para a coleta de dados de primeira mão e passa a significar mais que isso, passa a significar um envolvimento direto, efetivo, emotivo do antropólogo na comunidade pesquisada.

O longo trabalho de campo de Malinowski permite a ele compreender a cultura não como sendo formada de aspectos isolados, mas como um todo integrado. Segundo Malinowski a cultura é criada para satisfazer as necessidades humanas.

Os problemas apresentados pelas necessidades nutritivas, reprodutivas e higiênicas do homem devem ser resolvidos. Eles são solucionados por um novo ambiente, secundário ou artificial. Este ambiente que não é nem mais nem menos do que a cultura propriamente dita, tem de ser permanentemente reproduzido, mantido e administrado” (Malinowski, apud, Mello, Luiz, 1987:246)

A partir do Trabalho de Campo que Malinowski desenvolveu foi-lhe possível também pensar o trabalho do Etnógrafo. Este não deve ir a campo se não souber o que é essencial para ser observado, deve também está disposto a desprezar os acontecimentos irrelevantes e fortuitos. “A cota científica de todo o trabalho antropológico consiste na teoria da cultura, com referência ao método de observação de campo e a significação de cultura como processo e produto” (Malinowski, apud, Mello, Luiz, 1987: 248). O etnógrafo deve buscar compreender as funções que as instituições desempenham no todo que é a cultura.

Publicado após a sua morte, seus diários revelaram que a relação entre campo e etnógrafo guarda uma complexidade para além da etnografia publicada. Admirado pela beleza das etnografias, com uma imagem viva e dinâmica das sociedades australianas, onde os “selvagens” tornavam-se humanos, seus diários expunham um etnógrafo etnocêntrico, emocional, impaciente, e mesmo grosseiro. Seus diários publicados mostraram o que etnografia e trabalho de campo dali para a frente representariam. E não só isso, seus diários atestavam que ele esteve lá, e que sua teoria da cultura foi toda construída com base no trabalho de campo. Não obstante, Malinowski acreditava que a coleta de dados vivos subsidiaria uma descoberta de leis evolutivas, a sua indiferença, dizia ele, com certos tipos de evolucionismo era uma questão de método. (Kuper, A. 1978: 19).

Outro funcionalista britânico foi Radcliff-Brown. Embora manate das ciências naturais, foi persuadido por seu professor Rivers a estudar as ciências da mente e da Moal, dessa forma acabou enveredando para a antropologia. Ainda que seu mentor Rivers fosse um etnólogo, Brown converteu-se a sociologia após a leitura de *Formas elementares da vida religiosa*, passando então a realizar análises sociológicas de sociedade “primitivas”.

Alguns anos mais velho que Malinowski, Brown realizou pesquisas de campo primeiro nas Ilhas Adaman, posteriormente ao noroeste da Austrália. A grande diferença de Radcliff-Brown e Malinowski reside no método de trabalho de campo. Sem dúvida este foi um inovador, enquanto que Brown sempre encontrou dificuldades.

A maior parte das pesquisas de Raadcliff-Brown em Adaman foi realizada na grande Adaman. Brown passou três meses na pequena Adaman, porém, devido a uma incapacidade de aprender a língua nativa desistiu da empreitada. Na grande Adaman começou trabalhando em Indostânico, e depois em dialeto local, porém com dificuldade, apenas no fim de seu trabalho encontrou um informante que falava inglês, isso fez que pudesse realizar algum progresso substancial. (Kuper, 1978, p. 57)

Segundo kuper (1978), Radcliff-Bown utilizou métodos inadequados, se comparado a

Malinowski. Brown foi treinado no método genealógico de Rives, entretanto nunca o empregou de maneira adequada “Compilei um certo número de genealogias dos nativos, mas lamentavelmente a minha própria experiência no uso do método genealógico e a minha conseqüente inépcia para superar as dificuldades com que me deparei, fizeram desse ramo de minhas investigações um fracasso” (Redcliff-Braown, apud,Kuper, A.1978: 57).

Embora a População de Adaman não oferecesse um problema demográfico de investigação por ser baixa, Radcliff-Brown encontrou dificuldade metodológicas em seu campo. Segundo ele para o etnólogo interessa a organização social das tribos, como eram antes da ocupação europeia. Por esse motivo a coleta direta de dados não seria eficiente, daí a necessidade das recordações de informantes inteligente (kuper, A. 1978, p.58)

Apesar de todos esses contratempos Brown sustentava que sua monografia era exemplo de método analítico; defendia que seu estudo de campo em Adaman foi um aprendizado, e em sua monografia utilizou-se de muitos dados secundários. Em 1910 realizou nova viagem, desta vez a noroeste da Austrália, viagem de campo esta que foi financiada por um fazendeiro que assistiu uma palestra de Radcliff-Brown. Depois de cerca de um ano na Austrália a expedição de Brown retornou, mas, ele continuou sua pesquisa nos aldeamentos em volta dos missionários e encontrou a estrutura social dos kariera em 1911. Segundo Kuper (1978) apesar da descoberta ficou evidente que a etnografia de Brown era “de levantamento e de aproveitamento de salvados”, sendo inferior ao trabalho que Malinowski começara a realizar nas ilhas Trobiand.

O funcionalismo de Radcliff-Brown é de cunho mais sociológico, priorizando a estrutura social. A estrutura social para ele é a rede de relações reais entre entidades de uma sociedade. A influência do funcionalismo durkheimiano, a o trabalho de campo limitado fizeram com que Radcliff-Brown desenvolvesse, ao contrário de seu colega Malinowski, uma teoria da cultura mais sólida. Estrutura Social e função são conceitos centrais em sua obra.

A prioridade de Redcliff-Brown na Austrália foi o estudo de parentesco e casamento. Quando nomeado professor na África do Sul, Redcliff- Brown passou a exercer influência sobre o pensamento governamental e ministrou cursos de antropologia aplicada para funcionários do governo. Segundo Kuper para Brown “O antropólogo deveria fornecer uma avaliação científica da situação que o administrador enfrentava” (Kuper, A. 1978, p. 63)

Essa relação do antropólogo com estado, ou melhor, do trabalho do antropólogo a serviço do Estado remonta a relação da antropologia com o colonialismo (Kuper, A. 1978). Essa relação é visível nos trabalhos etnográficos que serviram de instrumentos de coleta de dados para facilitar a entrada e o domínio de potências europeias em continentes africanos.

A antropologia britânica segundo Kuper sempre teve essa “tendência” a procurar uma finalidade útil do conhecimento antropológico para o Estado colonial Haddon que indicou Radcliff-Brown para assumir a cadeira de antropologia na África do Sul era um forte defensor dessa ideia. É possível, verificarmos um exemplo desse conhecimento antropológico a serviço do Estado no trabalho de campo realizado por Ruth Benedict durante a Segunda Guerra Mundial, diz a autora:

Em junho de 1944, recebi o encargo de estudar o Japão. Pediram-me que utilizasse todas as técnicas que pudesse, como antropóloga cultural, a fim de decifrar como seriam os japoneses. No início daquele verão, nossa grande ofensiva contra o Japão começava a se revelar na sua verdadeira magnitude. (BENEDICT, R. 1972, p. 11)

Embora essa relação antropólogo-estado nos pareça deplorável Evans-Pritchard nos mostra um belíssimo trabalho e campo feito durante seu trabalho no Sudão a pedido do governo, *Bruxaria, Oráculos e magia entre os Azande*. A respeito do trabalho de campo, Evans-Pritchard salienta que é necessário que o resultado da etnografia traga algo de novo a antropologia. Para que isso aconteça é mister que o candidato a antropólogo passe por um treinamento rigoroso para que saiba observar o essencial. Uma das etapas desse treinamento é a leitura de outras etnografias; Evans-Pritchard menciona a inspiração e a segurança que a leitura de Lévy-Bruhl e Robertson Smith lhe deram respectivamente. (EVANS-PRITCHARD. 1978, p. 299)

Evans-Pritchard traz no apêndice IV de *Bruxaria, Oráculos e magia entre os Azande* uma reflexão sobre seu trabalho de campo. De certa forma Evans-Pritchard salienta que o campo acaba “guiando” o antropólogo, pois embora ele esteja interessado em algo, a sociedade estudada tem interesse em outra coisa, e é precisamente nesse interesse da sociedade que o antropólogo deve se focar.

Eu não tinha interesse por bruxaria quando fui a terra Zande, mas os Azande tinham; de forma que tive de me deixar guisar por eles. Não me interessava especialmente por vacas quando fui aos Nuer, mas os Nuer se interessavam, então tive aos poucos que me interessar por gado”. (EVANS-PRITCHARD, 1978, p. 301)

Evans-Pritchard salienta a existência de dois momentos em que o antropólogo se encontra no estudo de uma sociedade. A cultura onde ele faz o seu trabalho de campo, onde ele está e a sua própria cultura, de certa maneira aquilo que o antropólogo é. Não é necessário que o antropólogo acredite nas crenças e cosmologias da cultura estudada, mas precisa comportar-se como se acreditasse. Não existe formulas para o trabalho de campo, Evans-Pritchard deu-se conta disso, nem existe, talvez, um ideal de trabalho de campo e de etnografia e etnógrafo, pois como se vê todos esses autores viram no seu trabalho de campo, na sua etnografia, a maneira como ele deveria ter sido feito.

Revolucionando o campo teórico da antropologia surge o estruturalismo, cujo maior representante é Claude Lévi-Strauss. A noção de estruturas certamente já existe desde os gregos, e mesmo as famosas oposições que marcam o pensamento simétrico estruturalista, também já estavam presentes em Platão e em Aristóteles. O que não existia, até as últimas décadas do século XIX e início do XX era a estrutura como modelo de análise de fenômenos filosóficos, sociais, linguísticos etc. Ferdinand Saussure foi quem transformou a noção de estrutura em método científico aplicando-o às análises da língua e aos fenômenos da linguagem criando ou reinterpretando importantes pares conceituais como sintagma/paradigma, sincronia/diacronia, significante/significado/ signo/valor etc (SAUSSURE, 1999). O estruturalismo enquanto corrente de pensamento surge com a linguística saussuriana, contudo, tornar-se um importante movimento intelectual que se espraiava para a filosofia,

literatura, sociologia, história e antropologia e encontra seu apogeu principalmente nas décadas de 50 e 60 do século XX.

No campo das teorias sociais a corrente mais difundida era o funcionalismo, que teve como maior expoente Durkheim, e que compreendia a sociedade como um organismo coeso por motivações morais em torno de suas necessidades orgânicas. Dessa perspectiva os fenômenos sociais eram tal quais pudessem ser observados na realidade com suas conexões causais. Os agentes sociais eram agentes conscientes e suas ações sociais representavam a consciência coletiva.

Com o estruturalismo foi possível perceber que os fenômenos sociais possuem uma ordem segunda, sobre a qual os indivíduos não têm controle e mesmo consciências do seu mecanismo de funcionamento. O estruturalismo mostrou que por trás das ações encontradas na realidade existem um feixe de significações de segunda ordem, porque simbólicas, que se tornam o substrato das ações concretas

O estruturalismo ao buscar as estruturas inconsciente dos fenômenos sociais, desnuda as categorias de pensamento que engendram o sistema de estruturas que ordena as ações dos indivíduos. O estruturalismo foi o responsável por alargar as fronteiras do pensamento e da teoria social, mostrando que as estruturas do pensamento são ao mesmo tempo variadas, por são fruto de uma história geográfica, mas são também universais, porque originam-se no mesmo aparelho cognitivo.

Na antropologia o estruturalismo foi responsável por revolucionar a etnologia na figura de Claude Lévi-Strauss. Veio ao Brasil nos anos da década de 30 do século passado, visitando os Bororo, Nambikwara, kadiwé, Mundé e outros⁶. Além de, como era próprio do estruturalismo, desvelar as estruturas inconsciente dos fenômenos sociais que a etnologia se debruçava, Lévi-Strauss, através do modelo linguístico mostrou como a relação natureza/cultura e mesmo a passagem da natureza a cultura ocorre através do incesto, um fenômeno universal que dá origem a regras variadas, manifestação de outro fenômeno que é a exogamia. Lévi-Strauss mostrou a partir do modelo linguístico como o sistema de parentesco é um grande sistema de trocas simbólicas com vistas a estabelecer relações de reciprocidade entre famílias, clãs, frátrias, tribos, grupos etc. Contudo, seu trabalho de campo é questionado, uma vez que, sua incursão entre os nativos não passaram de alguns dias. O fazer etnográfico de Lévi-Strauss não apresenta grandes relatos de especificidades da cultura como Argonautas do pacífico ocidental de Malinowski, sendo a obra mais próxima de um relato etnográfico o livro Tristes Trópicos.

A antropologia estrutural de Lévi-Strauss desenvolveu uma teoria do espírito humano, a partir das análises do totemismo e dos mitos. O totemismo longe de ser um reflexo das necessidades alimentares simbolicamente apropriadas, são um sistema de classificação secundário que servem de distintivos para a organização social “primitiva” (LÉVI-STRAUSS, 1986). Os mitos são modelos explicativos, assim como a ciência também é um modelo explicativo. O pensamento selvagem é o pensamento científico são equiparados. Contudo, diferentemente da ciência que objetiva explicar os fenômenos decompondo em partes inteligíveis dentro de uma totalidade de fenômenos, os mitos procedem com uma explicação do todo ao mesmo tempo, não há decomposição na explicação mítica,

6 Sobre esta viagem conferir a obra Tristes trópicos de Claude Lévi-Strauss. Lévi-Strauss, C. Tristes Trópicos. Companhia das letras, 1996.

é um pensamento multidimensional.

Como etnólogo Lévi-Strauss deixou um grande legado teórico, com uma obra densa e prolifera, regatou a diferença como base de humanismo democrático, capaz de abarcar mesmo os não-humanos, diferentemente do humanismo existencialista da metafísica de Sartre. Lévi-Strauss é, sem dúvida, bom para se pensar, mas isso não é tudo.

3. CONSIDERAÇÕES

Nossa intenção, aqui, foi de introduzir o leitor nesse universo da disciplina antropologia, apresentando em poucas palavras o fazer antropológico em campo e suas vicissitudes. Do evolucionismo e sua concepção de história unilinear da humanidade, passando pelo historicismo de Boas com a inauguração do relativismo cultural, as análises de Lévi-Strauss sem grandes incursões no trabalho de campo, o que se observa, e tentamos retratar aqui é que o trabalho de campo se faz no fazer da própria pesquisa antropológica.

O trabalho de campo, o trabalho de etnógrafo, definiu-o bem Roberto Cardoso de Oliveira (2006), é um tripé entre o olhar o ouvi e o escrever; e se for possível um ideal, acredito que seja a busca de um Humanismo, qual Lévi-Strauss acredita que apenas a Etnografia é capaz de desvelar (LÉVI-STRAUSS, 2013). É necessário termos em mente que o Trabalho de campo, como diz Roy Wagner (2010), é um trabalho no campo.

4. REFERÊNCIAS

- BENEDICT, Ruth. O Crisântemo e a espada: padrões da cultura japonesa . São Paulo: Perspectiva, 1972.
- BENEDICT, R. Padrões de Cultura. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O trabalho do antropólogo. 2.ed. Brasília: paralelo 15; São Paulo: Unesp, 2006.
- CASTRO, Celso (org.). Evolucionismo cultural: Textos de Morgan, Tylor e Frazer. (Coleção Antropologia Social) Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005.
- DURHAM, E. A dinâmica da cultura. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- KUPER, Adam. Antropólogos e antropologia. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1978.
- LÉVI-STRAUSS, C. Antropologia estrutural dois. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- _____. *O Totemismo Hoje*. São Paulo: Edições 70, 1986.
- _____. *Tristes Trópicos*. Companhia das letras, 1996.
- PEIRANO, M. A favor da etnografia. – Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- SAUSSURE, F. de. Curso de linguística geral. São Paulo: Editora Cultrix, 25ª ed. 1999.
- WAGNER, R. A invenção da cultura. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

UNIEDUSUL
EDITORA

